



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 14 de junho de 2022 - Ata n.º 55.

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **55.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente, procedo então à leitura da Ata. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 54, de 13 de junho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, há expediente, mas vamos fazê-lo depois do Grande Expediente, em função da relevância do tema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Grande Expediente da tarde de hoje será destinado, por proposição do Deputado Luiz Claudio Romanelli, para ouvirmos o Deputado Marcio Nunes e para também ouvirmos o Sr. José Aparecido Weiller Júnior, que é o Presidente da AMP, Prefeito de Jesuítas, que falará sobre a defesa da política ambiental do Paraná. Nesta Sessão, serão apresentados ações ambientais do Governo Estadual e um resumo do Plano de Aplicação aprovado para utilização dos recursos oriundos do acordo judicial com a Petrobras, devido ao acidente ocorrido em 2000, na Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária. Como no dia 5 de junho comemoramos o *Dia Mundial do Meio Ambiente*, o tema é recorrente. Anuncio aqui e agradeço a presença do Prefeito; do Secretário de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Everton Luiz da Costa Souza; do Prefeito de Jesuítas, já anunciado; do Sr. Marcos Alex, Prefeito de Icaraíma e Presidente da Associação dos Municípios de Entre Rios, a Amerios; do Sr. Julio Leite, Prefeito de Terra Rica e Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, Amunpar; do Sr. Alexandre Donato, Prefeito de Corumbataí do Sul e Vice-Presidente da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, Comcam; da Sr.^a Adriana Cristina Polizer, Prefeita de Japurá e representando a Associação dos Municípios do Médio Noroeste, Amenorte; da Sr.^a Valdete Cunha, Prefeita de Iporã; da Sr.^a Mônica Zambon, Prefeita de Itambaracá; do Sr. Marcelo Roque, Prefeito de Paranaguá e Presidente da Associação dos Municípios do Litoral do Paraná, Amlipa; do Sr. Elio Marciniak, popular *Cabelo*, Prefeito de Santa Tereza do Oeste e Presidente da Amop, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; e também do Prefeito Sérgio Onofre, que aqui está, além da presença de outros Sr.^s Prefeitos do Estado



presentes, a assessoria; Prefeito de Santo Antônio do Caiuá também está presente aqui; Prefeito de São Pedro. Temos uma série de Prefeitos aqui nas galerias. Então, estamos aqui cumprimentando e dando as boas-vindas a todos, bem como às assessorias que se fazem presentes aqui na Casa. Então, o Grande Expediente de hoje será destinado aqui em quatro etapas: fala do Deputado Luiz Claudio Romanelli inicialmente; na sequência, o Deputado Tião Medeiros; posterior a ele, Deputado Marcio Nunes; e para encerrar o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. Então, concedo neste momento a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, e peço ao Deputado Elio que ocupe aqui, Deputado Elio, ocupe a 1.ª Secretaria, enquanto o Deputado Romanelli faz uso da palavra.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados Luiz Claudio Romanelli, Tião Medeiros e Marcio Nunes e o Sr. José Aparecido Weiller Junior.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr. Deputado Gilson, 2.º Secretário desta Casa; Deputado Elio Rusch que exerce a função de 1.º Secretário; Secretário Everton, Secretário de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Estado do Paraná; Prefeitos e Prefeitas que aqui se encontram. Cumprimentando o Prefeito Sérgio Onofre, de Arapongas, o Prefeito Marcelo Roque, de Paranaguá, enfim, cidades que têm muita importância no nosso Estado; cumprimento também o Prefeito Júnior Weiller, Presidente da Associação dos Municípios; as nossas Prefeitas, Prefeitos. Enfim, sintam-se todos aqui cumprimentados. Cumprimento o Líder do Governo, o Deputado Marcel Micheletto; o Líder da Oposição, Deputado Arilson Chiorato. E digo, de forma muita objetiva o seguinte, minha gente: quando discutimos com o Deputado Marcio Nunes a propositura de fazermos aqui um debate sobre esse tema, ele é para fazer com que, Deputado Arilson, Deputado Tadeu e demais, possamos elevar o nível de debate aqui na Assembleia Legislativa, em função da relevância dos temas que estamos tratando. Os mais jovens, talvez, não sabiam ou tenham



se esquecido quando, no ano de 2000, todos fomos impactados por imagens muito fortes. O Ex-Deputado Rasca Rodrigues aqui, que à época como técnico do IAP acompanhou esse drama terrível, fomos impactados com o derramamento de 4 milhões de litros de óleo da Refinaria Getúlio Vargas, localizada no município de Araucária, na Bacia do Alto Iguaçu, Rio Barigui, o Alto Iguaçu, enfim, foi de fato um grande e terrível desastre ambiental, considerando os danos que trouxe sobre a fauna e a flora, afetando o cotidiano de diversas comunidades de toda aquela região. Bom, minha gente, 21 anos se passaram para que o Paraná pudesse receber a indenização das ações que inicialmente foram proposta pela Amarpa, uma associação civil da área ambiental localizada em Araucária, e depois obviamente houve, até por conta da força constitucional, a participação obrigatória do Ministério Público Estadual e Federal. Mas 21 anos se passaram até que a política resolveu o impasse. Por quê? Porque foram das tratativas feitas pelo Governador do Estado Ratinho Junior com o Presidente da República que resultou, é claro, na concordância da Petrobras, aí temos que reconhecer o papel que teve o Ex-Diretor-Geral da Itaipu-Binacional, o General Joaquim Luna e Silva, e o General Carbonel, que também teve uma participação expressiva nesse processo todo, para que 1 bilhão e 396 milhões fossem efetivamente depositados, sendo depositados da seguinte forma: 460 milhões, em valores arredondados aqui, ou seja, 33% do valor da multa, foram colocados à disposição do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o FDD, que é vinculado ao Ministério da Justiça – o dinheiro foi embora do Paraná; 66% vieram para o Fundo Estadual do Meio Ambiente, o Fema, que equivale a R\$ 940 milhões. Muito bem, a aplicação pelo Fema deve respeitar a Lei n.º 12.945/2000, que criou o fundo, e observar as exigências de que 40%, aproximadamente R\$ 380 milhões, sejam usados na implementação, ampliação, proteção, estruturação, fiscalização e regularização fundiária das unidades de conservação de proteção integral, estaduais e federais, de corredores ecológicos; os outros 50%, ou seja, 470 milhões, devem ser aplicados para o desenvolvimento, implantação e execução de projetos ou



programas em todo o Paraná. Além disso, o total destinado ao Fema, 5%, foram para o município de Araucária, 47 milhões; outros 5%, 47 milhões, rateados entre os municípios que compõem a bacia do Alto Iguaçu: Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais, Piraquara e Curitiba. Objetivamente chegou-se a uma conclusão que deu fim ao imbróglio jurídico e que tem o potencial de revitalizar as áreas ainda degradadas e fortalecer políticas ambientais e a preservação das nossas riquezas naturais. O fato é que foram 21 anos em que ficamos esperando uma solução. Há de se reconhecer o trabalho extraordinário feito pelo Deputado Estadual Marcio Nunes, que antes de tudo é engenheiro agrônomo e conhece bem o tema da preservação, proteção e conservação do meio ambiente, mas que teve a coragem política de tratar deste tema, de buscar a solução interna no Governo, a interlocução com o Governo Federal para que pudéssemos construir uma solução e fazer com que finalmente a Petrobras pagasse esse dinheiro que devia ao Paraná, tanto que a Petrobras concordou, colocando um fim a isso. Há um acordo judicial que estabelece o regramento da aplicação desses recursos. Então, minha gente, quero cumprimentar o Ex-Secretário e Deputado Marcio Nunes pelo trabalho que realizou com toda a sua equipe técnica, o Secretário Everton inclusive, que à época, como Presidente do Instituto Água e Terra, teve a responsabilidade técnica de conduzir esse processo todo, e ao mesmo tempo tudo isso foi decidido por meio de uma lei que foi votada por esta Casa e que criou o Conselho de Recuperação dos Bens Ambientais Lesados, o CRBAL, de forma que tivéssemos a participação efetiva da sociedade civil organizada e do setor governamental, tudo isso obviamente baseado em um planejamento e com projeto muito bem tecnicamente fundamentados, Deputado Tião Medeiros. Olha, minha gente, na verdade é assim, estamos vivendo ainda um momento em que há uma grande expectativa da liberação dos recursos. Recentemente o Juiz da causa, que é um Juiz Federal, liberou a aquisição de todos os bens que haviam sido emitidas as ordens de empenho em 24 de janeiro deste ano, mas ainda há muitos recursos a serem liberados. O que pretendemos



aqui neste debate é para que todos possam tomar conhecimento do que estamos tratando, da grandeza e da importância em relação à preservação do meio ambiente e de fazer com que de fato possamos tratar o tema que envolve o meio ambiente como um todo, sendo que o homem é o centro, nós, as pessoas são o centro. Aliás, em Portugal, o Ministério do Meio Ambiente não se chama mais Meio Ambiente, é Ministério do Ambiente, porque o homem está inserido no ambiente, a forma moderna de se tratar este tema. Então, queria aqui cumprimentar o Deputado Marcio Nunes e os que aqui estão participando, Prefeitos e Prefeitas, Secretários Municipais da área do meio ambiente, enfim, Secretários de muitos municípios que aqui estão e dizer o seguinte, que não adianta a gente aqui... o que define é a prática – o discurso a favor do meio ambiente é muito bonito, é fantástico, mas o que interessa é a prática e a prática é que é o difícil. A prática, como dizia o velho líder chinês Mao Tsé-Tung, Deputado Tadeu Veneri, a prática é o critério da verdade. Então, minha gente, quero cumprimentar todos e certamente o próximo orador poderá falar, mas queria fazer esta introdução sobre o que estamos tratando aqui no Paraná. Obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Concedo a palavra agora ao Deputado Tião Medeiros, que na verdade foi o autor de uma propositura em relação ao Conselho que define todas as questões desta área.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, quero saudar em nome de V.Ex.^a todos os que compõem a Mesa, também o Secretário Everton e em seu nome toda a equipe da Sedest, do IAT, do Instituto de Águas e todas as empresas que estão ligadas à Sedest. Cumprimentar cada um de vocês. Saudar de maneira muito especial o Deputado Marcio Nunes e em seu nome todos os colegas Deputados e aqui os Prefeitos que vieram do interior do Paraná, de todas as regiões. São muitos Prefeitos e Prefeitas, então, em nome do Presidente da AMP, o Prefeito Junior Weiller, quero saudar cada um de vocês, também em nome das



Prefeitas que estão aqui, a Adriana, a Valdete e a Neila, saudar cada uma das Prefeitas. Enfim, sintam-se todos aqui cumprimentados. O Deputado Romanelli fez uma introdução e um retrospecto histórico muito importante. Saber a origem desses recursos que são o principal objeto da discussão aqui na Assembleia. Enfim, o Fundo do Meio Ambiente existe há mais de 20 anos e até gostaria de fazer um convite especialmente aos Deputados mais antigos, que têm mais mandatos, conversava com o Secretário Everton, ele tem mais de 30 anos de Estado, de servidor público de carreira, assim como o Deputado Rasca, também servidor de carreira do Estado na área do meio ambiente, foi do IAP muitos anos, inclusive foi Diretor-Geral do IAP, convidado cada um de vocês a fazer uma reflexão: ao longo desses mais de 20 anos de existência do Fundo do Meio Ambiente, questiono a cada um quais foram as ações concretas que o fundo teve, que impactaram a vida de pessoas que cada um dos senhores conhece, dos seus municípios. Muito provavelmente ficaremos sem respostas. Diante dessa constatação de que o Fundo do Meio Ambiente, embora um fundo extremamente importante, que sempre recebeu receitas menores ou maiores, mas sempre teve receitas, não havia uma ação concreta capaz de impactar a vida das pessoas? Diante dessa constatação, propus, no ano de 2018, um Projeto de Lei para que alterasse as possibilidades de utilização do Fema. O Projeto foi aprovado, o Governador Ratinho Junior vetou, por entender naquele momento que a iniciativa era do Poder Executivo. Chamou-me lá com o Marcio Nunes, que era Secretário naquele momento, e fizeram um compromisso de mandar para a Assembleia, por entender que a minha proposição era justa e importante. Um texto com origem no Executivo, quem é Prefeito sabe que a maior parte dos projetos de lei é de iniciativa extraparlamentar, é de iniciativa do Poder Executivo. Isso pode parecer um contrassenso, mas é assim que funciona o processo legislativo. A Assembleia aprova e vem o compromisso do Governador Ratinho Junior de repetir a alteração que eu havia sugerido *ipsis litteris*, nos termos que havia sugerido. O fundo, que era bastante restritivo e tinha uma aplicação superlimitada, passa, então, a



disponibilizar os recursos que vêm de origem de multas, como essa que o Deputado Romanelli trouxe o retrospecto histórico, de maneira brilhante, passar a utilizar também de maneira a impactar a vida das pessoas. O fundo, o que pedimos de alteração, o que sugerimos que foi feito e aprovado não é nada demais. É que esses recursos, Deputado Marcel, pudessem ser feitos e destinados para obras de proteção ambiental de encostas e margens de rios, evitando solapamento, assoreamento, que é a morte programada e certa de um rio. Permitir que esses recursos viabilizassem acessos fluviais, marítimos, como rampas, trapiches flutuantes, recuperação de áreas degradadas, erosões, voçorocas, entre outras, que têm comprometido a história de muitos municípios, como o município de Loanda, no noroeste do Paraná. Acredito que muita gente sabe que muito pouco foi feito, ao longo de anos, porque não havia linha de recursos para resolver problemas, como são inúmeros, de erosões, especialmente, no noroeste em razão do Arenito Caiuá, um tipo de solo. Para que esses recursos pudessem servir para obras de saneamento, construção, reforma, melhorias de aterros sanitários. Ora, se o Fundo do Meio Ambiente não puder se servir para resolver o problema de um pequeno aterro sanitário, uma reforma, uma ampliação, uma melhoria, para o que ele servirá? Para realocação de famílias em áreas de risco ou proteção ambiental, como as famílias que moram lá em Terra Rica, Prefeito Júlio, às margens do lixão, lá em Terra Rica. Ou lá em Santa Isabel do Ivaí, também vejo aqui o Prefeito Valente, às margens de um rio e quando as chuvas se intensificam o rio alaga, aquelas casas, aquelas pessoas, que estão à beira de um rio, que também é uma área de preservação, de maneira irregular, habitando de maneira irregular. Também que se pudessem destinar recursos do Fundo do Meio Ambiente para a contratação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos, os PGRSs, construção de parques e outras atividades correlatas. Gente, o que quisemos fazer com a mudança da lei foi permitir que os recursos do Fundo do Meio Ambiente tivessem aplicabilidade imediata e prática na vida das pessoas. Recuperar área degradada, erosão, construção de parques, é dar



destino para o dinheiro que antes tinha destino incerto, tinha destino pouco revelado. Como disse, faço um convite para cada um refletir nesses 20 anos de existência de fundo, antes da alteração da lei, o que cada um já viu de obra concreta na vida das pessoas, que esse fundo propiciou e alcançou. É isso, o grande segredo de quem entra na vida pública e o grande desejo é sem dúvida impactar a vida das pessoas, é mudar. Quando você sai candidato, se elege Prefeito, Vereador, Deputado Estadual, Federal ou, então, Governador, tanto faz, você quer realizar os seus sonhos, fazer pela sua cidade, pela sua região, pela sua comunidade, nem que para isso tenha que ser alterada a lei. Mas o Fundo do Meio Ambiente não tinha aplicabilidade imediata na vida de ninguém, ele passou 20 anos sem saber para o que servia. Quase ninguém usufruiu daqueles recursos, que eram milionários, depositados lá. Essa política pública foi feita no Governo Ratinho Junior. Ela foi executada de maneira brilhante pelo então Secretário Marcio Nunes, hoje Deputado Estadual, dado sequência pelo Secretário Everton. E aqui, hoje, um evento muito importante. Gostaria, Presidente, que ao final pudéssemos criar uma ata ou algum documento e levar a conhecimento do Judiciário, para saber que muitas pessoas esperam, aliás, por muitos anos, que essas ações concretas de meio ambiente e também veículos, como foi mencionado, já estão liberados. Ora, caminhões de coleta seletiva, caminhões compactadores de lixo, separar o lixo que não é lixo, estruturação de barracões de coletas. Se isso não for política ambiental na veia direta pelos municípios, o que será, então? Se isso tudo não for levado ao conhecimento do Judiciário, de que as forças vivas da sociedade estão aqui unidas, representadas no Poder Legislativo para poder dizer que queremos uma solução, porque as regras do jogo foram mudadas. Somos o Legislativo que definimos os critérios e as condições pelas quais os recursos públicos serão aplicados. Isso foi feito, para que não houvesse, para que não houvesse nenhum questionamento de que o Fundo do Meio Ambiente seria gerido por superpoderes pelo então Secretário do Meio Ambiente, esse comando foi compartilhado e essa alteração foi feita e idealizada de maneira



muito inteligente pelo Secretário Marcio, à época, que seriam compartilhadas a gestão e a definição da aplicação desses planos de trabalho e recursos por outros Secretários: pela PGE, pelo Procurador-Geral do Estado; pela Sedest, pelo Secretário que está à pasta; pelo Secretário da Agricultura; pelo Diretor do Instituto Água e Terra; pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Justiça do Estado. O Ministério Público tem assento na definição da aplicação desses recursos. Pasmem, os senhores, dois representantes de entidades privadas sem fins lucrativos ligadas, claro, à questão do meio ambiente. Por isso, é importante fazermos um registro aqui. O Ministério Público acompanha *pari passu* tudo o que se passa é definido, pois tem assento lá. Esses questionamentos são feitos por uma ala do Ministério Público. Não raras vezes fazemos uma manifestação, às vezes injusta, dizendo que o Ministério Público que foi contra. Importante se ressaltar que não é todo Ministério Público, é uma ala do Ministério Público. O Procurador-Geral, por exemplo, o Doutor Giacóia, tem assento, ou ele ou seu representante lá e ele defende a política pública de meio ambiente que tem sido aplicada no Paraná, após as alterações da lei. Por isso, Secretário Marcio, Deputado Marcio Nunes, Secretário Everton, dizer que fizemos o dever de casa, fizemos as mudanças que a lei precisava. Os recursos estão depositados há mais de 20 anos de espera, estão nas mãos do Judiciário. Tenho a tranquilidade e a esperança de saber que a melhor decisão será tomada, não tenho dúvida. Para concluir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Para concluir. Que essa mobilização aqui vai chegar a conhecimento do Judiciário, para dizer que o Paraná é um Estado ordeiro, que se manifesta de maneira organizada, justa, para poder resgatar aquilo que foi pedido e esperado há mais de 20 anos pelo Fundo do Meio Ambiente, para recompor aqueles municípios que têm necessidades e aquelas pessoas que precisam muito da mão, da presença e da força do Estado. Muito obrigado.



Contem sempre comigo. Parabéns, Deputado Marcio Nunes pela iniciativa. Secretário Everton, em seu nome, agradecer ao Governador Ratinho Junior, pela parceria, pelo meio ambiente e pelas pessoas que mais precisam. Obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sempre informando, Deputado Tião, que este tema é um tema recorrente, de interesse do Estado. Esta Casa está representada pelo Paraná como um todo, por meio dos seus Parlamentares, sejam eles de Base de Governo ou mesmo da própria Oposição. Portanto, ao final dessa manifestação de todos, a Assembleia pode, sim, manifestar-se por meio de expediente, encaminhado às autoridades competentes do Poder Judiciário, manifestando o nosso desejo e interesse em que o assunto seja solucionado com a maior brevidade possível. Vamos fazer isso em defesa do nosso Estado e dos interesses dos senhores Prefeitos, da comunidade como um todo, porque este tema realmente interessa a todos nós. Com a palavra, Deputado Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente Ademar Traiano, nosso 1.º Secretário Deputado Romanelli, Gilson de Souza, uma satisfação muito grande. Everton, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Prefeitos, cumprimentando aqui o Junior, cumprimento todos os Prefeitos, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, os demais Prefeitos aqui presentes, os nossos amigos Prefeitos, pessoal que nos acompanha nas galerias. E dizer que o Deputado Romanelli e o Deputado Tião Medeiros aliviaram bem o meu trabalho. O Deputado Romanelli fez e percorreu, como o dinheiro chegou nessas contas. Na verdade, se não fosse o General Silva e Luna, esse dinheiro jamais teria entrado, faz 21 anos que esse dinheiro estava pronto para sair, daqui 42 anos, 50 anos esse dinheiro não teria entrado. Então, foi uma negociação política realmente muito grande. Depois vem o Deputado Tião Medeiros, que faz uma complementação excepcional, dizendo como é que mexemos da lei na época, eu,



o Tião e o Tiago, começamos, depois finalizamos aqui com o apoio de todos os Deputados essa mudança da lei, demonstrando que tínhamos que aplicar esses recursos de maneira prática. Não adianta você aplicar o recurso onde os municípios não precisam. Então, na verdade esse plano de aplicação surgiu da vontade dos Prefeitos, dos problemas que estão acontecendo em cada município, e aí surgiu um plano de aplicação, que vou começar a discorrer sobre ele agora, para ver se cumpre o meu tempo. O primeiro pode passar. Bom, então, esse Plano de Aplicação fala da Repar, como o Romanelli já falou, no ano de 2000 aconteceu esse desastre. O dinheiro, também como o Romanelli já explicou, era 1 bilhão, 396, dividido em duas partes, 465 milhões foram embora, sumiram, desapareceram, foram para um tal de FDD e lá o dinheiro ficou contingenciado, já é um absurdo, mas sobraram 930 milhões para serem aplicados no Estado do Paraná. Esse 930 milhões, com os juros, já são R\$ 1 milhão, e os primeiros 441 milhões, já está definido pelo CRbol como temos que aplicar. Próximo. Bom, aqui a novidade, coisa boa, aí parabenizar, viu Junior, você, a Associação dos Municípios do Estado do Paraná, todos os Prefeitos, fizeram uma manifestação no processo, em uma ação que se chama *Amicus Curiae*, que é o amigo da lei, e por meio dessa ação conseguimos a liberação de R\$ 1 bilhão dos primeiros R\$ 107 milhões, 373 veículos da Patrulha Ambiental foram adquiridos, caminhão baú, caminhão compactador de lixo, caminhão pipa, caminhão limpa fossa e o caminhão poliguindaste. São mais de 300 municípios que serão atendidos, porque é impossível você fazer uma cobrança ao município que dê o destino correto do lixo, do resíduo, se cada um desses caminhões, que é necessário da Patrulha Ambiental, que são cinco equipamentos, cada caminhão desses, a preços de hoje, custa R\$ 400 mil, R\$ 400 mil vezes cinco equipamentos, 2 milhões, mais o barracão de reciclagem, mais os equipamentos, que são mais 1 milhão, R\$ 3 milhões. E aí faz a pergunta: Qual município com menos de dez mil habitantes, que é a grande maioria dos municípios paranaenses, mais de 80%, qual é o município que tem R\$ 3 milhões livre, disponível, para poder fazer esses



investimentos? Então, aqui os primeiros 107 milhões conseguimos liberar, mas vale dizer o seguinte, 300 municípios foram atendidos, não com todos os equipamentos. Então, um município já recebeu o poliguindaste ou pipa, faltam os outros três, outro recebeu três e faltam dois. Então, para complementar, para que todos os municípios tenham os equipamentos necessários, ainda falta muito dinheiro e queremos fazer aplicação dessa maneira. E esses caminhões, esses 373, vamos fazer uma força muito grande para entregá-los até dia 2 agora do mês de junho. Os caminhões já estão sendo plotados, que já tinham registro de preços, os caminhões já estavam sendo fabricados, e aí teve uma participação muito importante dos municípios. Pode passar. Vamos ver como é que esses caminhões funcionam. Esse caminhão que está passando, vamos ver. Olha, tem gente que diz que isso aqui não é cuidar do meio ambiente. O pessoal está apagando um incêndio em um pasto, e se não apaga, o fogo iria chegar onde? Exatamente do lado daquele mato que está ali. Então, não existe nada que possa cuidar mais do meio ambiente que a aquisição de um caminhão pipa para o município. E tem gente que fala que o caminhão pipa para o município não é combate para melhorar o meio ambiente. Olha aqui óh, esse aqui estava pegando fogo, ia pegar fogo na casa do cidadão, o cidadão sai com um baldinho ali para apagar o incêndio. Quer dizer, quando que ia conseguir apagar esse incêndio? De jeito nenhum. Então, esse caminhão foi um sucesso, como os outros cinco, quatro equipamentos também o são. Agora, chamamos os Prefeitos aqui hoje, porque muitas vezes sentimos que estamos lutando sozinhos, porque a Oposição, eles falam: *Onde é que se viu, estão dando um caminhão, mas o município está pegando um caminhão, mas não precisa*. Será que algum município que está aqui não precisa desses cinco caminhões? Precisa? Precisa? Então, será que é uma simples aquisição de automóvel? Ou é como é o nome aqui, uma patrulha ambiental para melhorar a vida das pessoas, combatendo os males do meio ambiente? Então, é inequívoca a situação, só que precisamos que os Prefeitos que já se manifestaram por meio desse *Amicus Curiae*, que também se



manifestem, e que os nossos pares, os Deputados que estão aqui, que também concordam, que também se manifestem, para que não fique uma briga de Situação e Oposição, onde a Oposição é contra tudo o que é bom. Então, precisamos fazer um esforço muito grande para convencer para que possamos liberar rapidamente esses recursos. Vamos passar agora a alguns depoimentos de três Prefeitos. Pode voltar, volta um, deixa ver se vai entrar no depoimento da Prefeita agora. Aumenta o volume.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Então, acontece o seguinte, o Ministério Público vai lá e multa o município porque tem uma erosão. Estão aí os Prefeitos falando. Aí quando estamos com o dinheiro na conta, depositado, para resolver o problema, aí não é cuidar do meio ambiente? Não é possível não é? Combate à erosão urbana. Outro problema seríssimo, vocês sabem que as cidades no Estado do Paraná, boa parte delas foi construída antes da lei dos loteamentos e as cidades foram sendo construídas sem galeria, sem meio-fio, sem asfalto, dali a pouco a cidade começou a ser impermeabilizada. O que aconteceu? Onde que começa o grande problema da erosão? Começa dentro da cidade. Então, na área periurbana do município começa um problema seríssimo de erosão e queremos aplicar uma parte desse recurso, já mostramos os caminhões, a outra parte é nesse trabalho, no combate à erosão. Então, são os tubos de concreto para que os municípios possam fazer as obras para as galerias de água pluvial. E esse é o dinheiro mais bem aplicado, porque cada recurso, R\$ 1,00 que o Estado aplica, o município tem que aplicar mais um, porque os tubos de concreto custam 50% do valor do empreendimento. O município tem que entrar com os outros 50%. Mas se o Estado não ajudar pelo menos com a parte dele, podem ter certeza de que o município não consegue fazer. Então, esse é um programa que dobra o dinheiro do Estado. Se você colocar 100 milhões, você tem 200 milhões de obras. E em um lugar é erosão e no outro lugar é cheia. Pode passar. Os parques urbanos.



Hoje a Prefeita de Japurá, a Adriana, foi lá falar comigo e ela falou: “Marcio Nunes, o parque urbano, que os *caras* estão falando que estão fazendo um *playground*, um parquinho lá na minha cidade, esse lugar é um depósito de lixo. O Ministério Público inclusive está me multando, me autuando, porque tenho esse depósito de lixo a céu aberto na minha cidade e esse parque urbano é que vai resolver o problema”. Aí eles pegam e dizem: *Não, fazer um parque urbano, é fazer um playground*. Lá em Paranavaí, Tião Medeiros, na famosa área do buracão do caíque, conhecido por todos, que é uma área na frente da escola Caíque, que fique bem explicado, que tem um conjunto de oito, dez escolas no entorno, era um lixão e se transforma em um parque urbano. Aqui tem alguns exemplos: Diamante do Norte, Terra Rica, Guaíra, Jussara. Olha, temos cem parques urbanos em construção. É o maior programa de construção de parques urbanos, conservação do solo, da água, educação ambiental do Brasil. Não existe um Estado no País com cem parques urbanos em construção. Maior programa do Brasil. E temos mais de 200 projetos prontos para fazer a aplicação desse recurso que estamos tentando liberar os outros 900 milhões. (Apresentação de vídeo.) Como você repararam aí, são cem que já estão em execução. Tem mais 200 projetos prontos e o dinheiro está ali, 900 milhões para aplicarmos nos projetos que estão prontos. Esse aqui é um projeto que está sendo feito lá no Valente, em Santa Izabel, é um projeto piloto. Muitos municípios têm esse problema. Casas, pessoas morando em situação de risco. E a lei que o Tião fez comigo e com o Tiago e depois com todos os Deputados mostra muito claro que podemos tirar essas famílias da situação de risco. Também queremos aplicar o dinheiro aí. Estradas rurais, contemplamos também as estradas rurais, porque conservação da água e do solo, o Paraná tem um programa de mais de 50 anos. Só que há 50 anos, quando começou, a população fazia a conservação do solo e da água, fazia a drenagem e tudo certinho, mas a estrada era cascalhada. Hoje, Marcel, o que o pessoal quer? O pessoal quer asfalto, quer sextavado. Tanto que Itaipu tem um programa que é o *Cultivando Água Boa* e queremos investir uma parte desse recurso, inclusive, já



temos projetos prontos. Está aí, esses são os problemas das estradas. Será que se consertar isso é preservar o meio ambiente? Aqui, investimento no Corpo de Bombeiros também é muito importante, quando tem um incêndio florestal precisamos reequipar o Corpo de Bombeiros, 25 milhões. *Programa Água no Campo*, essa cena que vocês vão ver aqui já aconteceu 940 vezes no Paraná e temos mais 700 poços que o dinheiro já está garantido. Vamos ver a cena. (Apresentação de vídeo.) Obrigado, meu Deus! Só isso aqui valeu o mandato. Já aconteceu isso novecentos e quarenta vezes no Paraná. Também aplicação em fiscalização. Temos que fazer uma fiscalização muito séria, principalmente contra o clandestino e o marginal. Aqui é o *Programa de Proteção à Fauna Vitimada*, construir os centros para poder tratar a questão da fauna vitimada, todo dia isso está acontecendo. Esse aqui é o *Programa Monitora Paraná*, 70 milhões para o Simepar, para fazermos todo o monitoramento do sistema... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, recomendaria a V.Ex.^a se pudesse concluir, por favor. O Deputado Arilson está nervoso.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Estou concluindo. Apurei o passo, mas estou concluindo. O Arilson está assistindo a uma aulinha de meio ambiente hoje, mas ele já me deu aula de muita coisa já também, o Professor Arilson. Então, isso aqui é um sistema de monitoramento, satélite, radar para prevenção de mudanças climáticas, muito importante, inclusive, para detectar o que estamos fazendo e mostrar para o mundo que, ao contrário do Brasil, estamos cuidando muito bem do meio ambiente. Esse aqui é o *Inova Ambiental*, que é um trabalho para melhorar a condição. Temos aí quase 150 novos funcionários para ter o equipamento, computador etc., para os funcionários. Vou concluir por aqui, para o Arilson não ficar brabo. Bom, gente, gostaria de agradecer cada um de vocês. Mostramos aqui... (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Marcio.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Só mostrar o seguinte, que o Deputado Tião e o Deputado Romanelli falaram, estamos aqui aplicando de forma legítima, mostrando como é que aplica o dinheiro. Dando luz às coisas. Gostaria de agradecer a todos que vieram aqui. Agradecer ao Prefeito Junior, a todos. E dizer que tenho certeza de que o Paraná tem o melhor plano de aplicação de multas do Brasil. E nos ajudem a poder colocar esse dinheiro onde precisa, lá nos municípios menores do Paraná. Muito obrigado. Felicidades. Fiquem com Deus.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encerrar, vou conceder a palavra ao Presidente da AMP, Prefeito de Jesuítas, Junior Weiller.

SR. JOSÉ APARECIDO JUNIOR WEILLER: Boa tarde, Sr. Presidente Ademar Traiano, estendo o cumprimento aos demais membros da Mesa Diretiva desta Casa de Leis. Cumprimentar todos os nossos Deputados que se fazem presentes, Deputados, Deputadas. Cumprimentando a Prefeita Valdete, cumprimento todas as prefeitas. Quero cumprimentar, de forma especial, neste momento fazer uma saudação ao Prefeito Cabelo, o Elio lá de Santa Tereza, Presidente da Amop. A Amop que é a maior a associação de municípios do Paraná, que completou 53 anos de vida na última quinta-feira. Cumprimentando o Cabelo, estendo o cumprimento a todos os demais Prefeitos que se fazem presentes neste momento. De forma especial cumprimentar o nosso Deputado também Marcel Miqueletto, ex-presidente da nossa Associação, nossa AMP. Quero pedir licença e pedir a Deus que me abençoe neste momento para que possa falar em nome e repassar o sentimento de todos os colegas Prefeitos que estão aqui à minha esquerda, que estão à minha frente, que estão nas galerias, que acredito mais de uma centena de Prefeitos e Prefeitas do Paraná que estão na capital e vieram aqui, neste momento, mostrar todo o seu sentimento e a expectativa para que esses recursos realmente cheguem aos nossos municípios. Primeiramente, dizer também que



estamos trabalhando com muita seriedade. Nós, ente federado que representa os municípios, estamos trabalhando muito e estamos cumprindo, com muita honra, dignidade e honestidade, os nossos mandatos. Estamos prestando conta ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União. Todos os anos estamos honrando os nossos compromissos com os nossos funcionários públicos e assim por diante. Por isso, exigimos, desde o início, muito respeito. Não aceitamos, em hipótese alguma, brincadeiras pejorativas em relação à aplicabilidade desses recursos. Estamos aplicando esses recursos que estão destinados muito à proteção ao meio ambiente. E é isso que queremos e estamos trabalhando para que esses recursos sejam liberados, essa multa da Petrobras, para que possamos aplicar e cuidar bem dos nossos municípios. Quero deixar bem claro, Secretário Marcio Nunes, que não quero fazer nenhum discurso demagogo, até porque entre nós existe muito respeito um pelo outro. Todos sabem o Marcio não é nosso Deputado, o nosso Deputado é o Deputado Marcel Micheletto, mas o Marcio, desde o início que ele assumiu a Secretaria, ele trouxe a AMP para o diálogo. E dizer que esse Programa é um Programa eleitoreiro é a maior mentira do mundo, porque todas essas ações já estão sendo aplicadas nos nossos municípios. Já estão sendo aplicadas. Já temos aí, por meio da Sedest, Secretário Everton, recursos que estão sendo aplicados na construção de galerias de águas fluviais, vocês são testemunhas disso meus colegas Prefeitos; parques ambientais; barracões de reciclagem de lixo; caminhões pipas; poços artesianos. Vivemos esses últimos anos uma das maiores crises hídricas dos últimos anos, dos últimos séculos. A maior crise hídrica desse século. O que seria de nós sem o caminhão pipa que serviu para apagar tantos e tantos incêndios? Para apagar os incêndios e também para levar água ao homem do campo, para levar água aos aviários. Os caminhões coletores de lixo que estão espalhados em mais centenas de municípios, tudo por meio da parceria da Sedest. E, sim, tenho acompanhado muito bem desde o início dessa gestão, essa questão quando o Ministério Público Federal – que tem todo o meu respeito, como as Organizações Não



Governamentais também têm o nosso respeito –, mas ninguém sabe, ninguém sabe cuidar da vida das pessoas aqui de Curitiba e do interior do Paraná como os prefeitos. Entramos, sim, com a *Amicus Curiae* porque somos parte interessada e graças a Deus, desses 900 milhões, que já são mais de 1 bilhão, são mais de 1 bilhão, os primeiros 107 milhões já foram liberados; 300 municípios receberão 373 caminhões. Caminhão caçamba poliguindaste para fazer a coleta correta de entulhos e subdestinação nas cidades. Os caminhões-baú coleta seletiva; caminhão computador de lixo, caminhão pipa e caminhão limpa fossa. Precisamos e vamos trabalhar muito, se precisar vamos sair, nós, Prefeitos, vamos mobilizar toda a sociedade dos 399 municípios do Paraná e pegar milhões de assinaturas, porque temos o apoio da nossa população. (Aplausos.) Muitos até, a maioria, a grande maioria dos municípios paranaenses já tem o orçamento participativo. Dialogamos e conversamos com a nossa população. Não estamos aqui, em hipótese alguma, fazendo demagogia. Representamos o anseio do nosso povo. Precisamos liberar esses mais de R\$ 900 milhões. Não importa quem nos representa, se é Deputado da Oposição ou se é Deputado da Situação. Somos um só Paraná, somos um só Brasil. Precisamos, lá na nossa região, Presidente Traiano, nós, com muita sapiência, quero mais uma vez ressaltar ao nosso Deputado Marcel Micheletto quando Presidente da Amop, conseguimos levar investimento da Itaipu a todos os 54 municípios da região Oeste do Paraná. Estamos trabalhando muito, Marcos Alex, Presidente da Amerios, para que já em janeiro a Itaipu chegue também à nossa Amerios. Todos os municípios do Oeste do Paraná ganharam – os 54 – da Itaipu, uma unidade de reciclagem de lixo. Em contrapartida, o Governo do Estado, por meio da Sedest, deu os equipamentos para equipar essas unidades de reciclagem e também o caminhão coletor. Lá no Oeste do Paraná, Prefeito Cabelo, não temos mais nenhum catador de lixo ambulante na rua. Todos foram transformados em agentes ambientais. E esse projeto que levamos e foi aceito pelo Ex-Secretário Marcio Nunes. Todos os municípios do Paraná, por meio desses 900 milhões, também vão receber, todos,



está no projeto, uma unidade de reciclagem de lixo. Todos! (Aplausos.) Falar de galerias pluviais e também falar da readequação de estradas, pavimentação com pedra poliédrica, sextavada ou asfalto. Não é só isso, não é só isso! Além de fazer toda a pavimentação, senhores e senhoras, são feitas todas as microbacias. O que que tem asfalto, o que que tem pedra irregular, o que que tem sextavado a ver com meio ambiente? São recuperadas todas as margens das rodovias. Por exemplo, lá no Oeste do Paraná, evita o assoreamento dos rios que vão parar no Lago de Itaipu. Com essas ações, estamos aumentando a vida útil do Lago de Itaipu e contribuindo com a geração de energia no Brasil todo. Isso é pensar no meio ambiente, sim, com toda a certeza. Relocação das famílias em margem, projeto fantástico que foi aceito pela nossa AMP. E os poços artesianos? Com todo o respeito às pessoas que residem nas grandes regiões metropolitanas, os poços artesianos estamos ajudando a cuidar das nascentes. O Presidente Traiano que é do interior do Paraná, lá de Santo Antônio do Sudoeste sabe como que funciona hoje. O pessoal, nossos pioneiros vieram, fizeram as suas plantações e lá onde é mina que devia ser protegida, acabou fazendo, no passado, “enlaugeceu” para fazer as minas para o gado beber água, para o gado, para os animais. E isso vai pisoteando, pisoteando, pisoteando e a mina acaba. Isso é verdade! Isso aqui estou falando na prática, sei como funciona e agora com os poços artesianos conseguimos fazer bebedouros para os animais e fazer todo o reflorestamento das margens das minas, sim. Isso é cuidar do meio ambiente. Os parques urbanos: fiz uma entrevista esses dias e me perguntaram por que só agora os parques urbanos, os parques ambientais? Já temos 100 em construção no Paraná. Não tenho ainda, mas a minha vizinha em Formosa do Oeste tem. Então, não é programa eleitoreiro. Queremos que esses parques ambientais estejam em todos os municípios do Paraná. Mais uma vez, em nome de todos os Prefeitos e de todas as Prefeitas, queremos prestar solidariedade aos Deputados, prestar o apoio a esse Programa e dizer a todos que vamos trabalhar muito, seja com a *Amicus Curiae*, seja com a mobilização da sociedade, para que esses



recursos cheguem aos municípios, porque a vida acontece na cidade. Muito obrigado e que Deus nos abençoe. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Suspendo a Sessão por alguns instantes, para fazermos os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Primeiro orador inscrito, Deputado Michele Caputo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Michele Caputo; Cristina Silvestri; Galo; Professor Lemos; Requião Filho; e Bazana.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente Tercílio, Presidente Tercílio, gostaria que voltasse o meu tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, vamos recuperar o tempo de V.Ex.^a.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado! Boa tarde, Deputadas, Deputados, todos que acompanham esta Sessão presencialmente e pelas nossas redes. Hoje quero falar de três situações envolvendo servidores públicos do Paraná. Recebi ontem o Sinclapol, que é o Sindicato dos Policiais Civis. Entre tantas reivindicações, tem uma que acho que é muito simples, Marcel Micheletto, Líder do Governo nesta Casa, que trata de um reenquadramento. É exigido para determinados concursos da polícia que a pessoa apresente no seu edital o nível superior, Deputado Soldado Fruet, e aí quando elas passam no concurso, por mérito, elas são reenquadradadas como nível médio, elas são classificadas como nível médio. Isso já está havendo judicialização. Quando fui Secretário de Estado da Saúde, deparei-me com uma situação muito parecida. As pessoas tinham, em determinado momento, feito um concurso público, era exigido nível médio e foram



classificadas em nível fundamental. Sem judicialização, conseguimos ajustar a vida e a justiça para quase 900 servidores. Vejo que nessa questão é importante evitar essa judicialização, porque a possibilidade de o Governo perder é muito grande, e o gestor público tem que pôr na sua cabeça que vai criar um passivo, vai criar um contencioso que um dia será pago com dinheiro público. Então, essa reivindicação, uma delas, do Sinclapol, acho muito justa, vejo com enormes condições de eles vencerem no Judiciário, e é algo que se exige para entrar o nível de formação e depois são jogados esses profissionais, esses servidores, em outra situação. Também recebi a Presidente, a Cláudia, do SINSSP, ontem, e a Cláudia ainda continua lutando, assim como eu, para que na Lei Orgânica que está sendo discutida pelo Governo lá na Sesp, na Secretaria de Segurança, de alguma forma esses profissionais que não são os policiais penais, que já ficaram de fora do órgão da Polícia Penal, por entendimento amplamente majoritário desta Casa, tinha outro entendimento. Claro que para mim sempre o agente penitenciário é o policial penal, mas entendia que, como muitos no Brasil, que o órgão da Polícia Penal poderia e deveria constar nos seus quadros com esses profissionais que trabalham no sistema. Isso não aconteceu, apesar de um acordo lá na Casa Civil. Democraticamente aceitei aqui ser voto vencido, mas vejo que esses profissionais vão ficar de fora inclusive da Lei Orgânica, porque ainda não foram chamados, porque não se verifica nenhum tipo de movimento no sentido de contemplá-los dentro da Lei Orgânica. Havia sido dito pelo anterior Secretário da Segurança que a Lei Orgânica poderia administrar e resolver isso. Parece que não será resolvido. Ainda há tempo de se resolver essa questão. Por outro lado, se de forma alguma, em nenhum momento, esses profissionais, que são menos de 550, que atuam no sistema prisional, correndo riscos, que atuam no sistema prisional, fazendo um trabalho extremamente sério, pelo menos, então, que se crie uma superintendência ou uma secretaria do sistema prisional, como tem, por exemplo, em São Paulo e em outros estados, porque daí esses profissionais vão encontrar um quadro de lotação, porque hoje eles estão no limbo, hoje eles não fazem parte,



dizem que eles não podem, que eles nunca serão atendidos na Secretaria da Segurança porque não são policiais de nenhuma forma e de forma alguma. Então, vamos começar essa discussão. O Governo, seria importante se ele pensa em criar essa superintendência, trazer essa discussão para cá, ou mesmo a secretaria. Acho que a questão prisional no Paraná e no Brasil exige um foco importante, para que possamos fazer os nossos trabalhos. E, para terminar, Presidente Tercílio, o Presidente Tercílio teve ter recebido, como Deputado, os representantes de técnicos e professores das nossas universidades estaduais, associações e sindicatos. Gostaria, Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Michele, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Gostaria, Presidente, de manifestar aqui o meu apoio, porque vejo que entre tantas reivindicações, eles estão trazendo, pelo menos nesta carta, situações cujo impacto financeiro anual não chega, chegaria este ano a 85 milhões, no ano que vem 118 milhões. Isso é amplamente absorvível pelas finanças do nosso Estado e seria uma forma de demonstrar depois que essas entidades, depois que os hospitais estaduais universitários do Paraná serviram de apoio no enfrentamento à Covid e têm dado suporte em todas as regiões a esse enfrentamento, um respeito a esses servidores das universidades estaduais. O impacto financeiro é pequeno, o que eles estão pedindo na média, Deputado Tercílio, não chega a R\$ 200,00 para cada servidor. Então, vejo que seria prova de boa vontade nesta retomada, nesta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vossa Excelência tem mais 30 segundos para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado. Seria uma prova desse atendimento. Disseram-me, Deputado, quero encerrar, até pedi que se isso



estivesse disponível chegasse até as nossas mãos, que o Aldo Bona, que é o Superintendente da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ele tem até uma minuta trabalhada, inclusive envolvendo vários setores do Governo. Então, seria importante que o Governo desse sequência, que a Casa Civil desse sequência a esse grupo de trabalho que foi montado, para que pudéssemos, ainda este ano, aprovar pelo menos esse avanço para as nossas universidades... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença nesta Casa dos Vereadores do município de Santa Tereza do Oeste, Sr.^s Leo Menin, Fábio Perlin e Claudemir de Oliveira, por solicitação do Deputado Nelson Luersen. Obrigado pelas presenças. Próxima oradora, Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Hoje ocupo a tribuna com indignação, reproduzindo uma revolta que não é só minha, mas é de milhares de pessoas que ocupam diariamente a PR-170, que liga o município de Guarapuava ao Distrito de Entre Rios, Pinhão, Reserva de Iguaçu, Foz do Jordão, Bituruna e Cruz Machado. Estive aqui, vocês lembram, faz pouco tempo, nesta tribuna, falando exatamente do estado deplorável que se encontra essa rodovia e o abandono. Também não preciso mais falar, porque já falei várias vezes, da importância da PR-170 para a economia da nossa região – essa região em que se encontra a 170 é uma das áreas mais produtivas do mundo e campeã de produtividade, gente! Mas hoje não estou aqui para falar da importância do agronegócio para a nossa economia, não estou mais aqui para falar de roda de pneu e nem de caminhão de carga, mas estou aqui para falar do que sempre falei quando me refiro às rodovias, de vidas. De vidas! Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, a visibilidade noturna dessa PR é zero. É uma pena que não possamos mais, Presidente, trazer vídeos aqui, porque senão iria mostrar para vocês o que é essa rodovia à noite. Mas está lá nas minhas redes sociais, está lá o vídeo. É zero! Sem falar também no Trevo do Patrícia, que



é um trevo que dá acesso, na PR-170, a um bairro e não tem trevo. Falei trevo, mas não existe trevo, é uma entrada no bairro, em uma curva, em uma PR de pista simples e todos os dias acontece um acidente ali! O projeto está pronto, o Ex-Prefeito já fez, já entregou ao Governo faz quatro anos e sabem o que recebo pelas dezenas de vezes que fui lá? *Não, isso é prioridade, já vamos fazer.* Sabem o que foi feito, Deputados? Nada, absolutamente nada. Não tem pintura nas faixas, não tem *guardrails*, sobram buracos e sobra também a omissão deste Governo. Em nome das famílias, em nome das pessoas e das famílias enlutadas, das famílias que perderam os seus entes queridos, que são dezenas nessa rodovia, devo dizer que é meu dever inclusive falar, como representante da minha região e como Parlamentar: O que acontecer nessa rodovia, o Governo do Estado do Paraná tem a sua grande parcela de responsabilidade. Nessa última semana, mais uma tragédia vitimou uma família do Pinhão. E peço a Deus que nada mais aconteça, mas é preciso que se diga que do jeito que está essa rodovia, uma nova tragédia pode acontecer a qualquer momento. E digo a vocês que não é por falta de aviso. Das dezenas de vezes que fui à Secretaria da Infraestrutura, das dezenas de ofícios que encaminhei, das dezenas de abaixo-assinados, o que recebia lá sempre? *Vamos resolver, mas é claro que vamos resolver!* Passaram-se quatro anos e nada foi resolvido. Então, a minha esperança, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^o Deputados, é que o Governador Ratinho Junior assuma de uma vez por todas a sua responsabilidade como Governador do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Cristina, para concluir, por favor.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): ... e cuide da nossa gente. Estamos falando de vidas e para isso a omissão tem um preço muito alto. Muito obrigada.



SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Nobre Presidente Turini, nosso doutor, todos da Mesa Diretora, Deputadas e Deputados. *Macarrão! Eh, macarrão! Sagu!* E tinha um mingau, mas um mingau que escorria o leite assim, Elio Rusch. Elio Rusch do céu, aquilo não era merenda, aquilo dava uma dor de barriga danada! Assim foi a minha infância em colégios estaduais. Lembro-me do Lysímaco Ferreira da Costa, ali na Avenida Iguaçu, do Colégio Dom Pedro II, porque comíamos a merenda porque não tínhamos dinheiro para levar pão, sanduíche, nada, então comíamos aquela merenda. Isso foi lá atrás! O tempo passa e não mudou, a não ser agora, no Governo Ratinho. Sabem por que estou falando isso? Imaginem hoje uma criança chegar em casa com um kiwi. Kiwi é uma fruta rara e cara! Maçã verde. Rara e cara! Boa banana. Pois bem, senhoras e senhores, ontem conversava aqui na Assembleia Legislativa com uma servidora que tem duas filhas em colégio público, uma de sete para oito anos e a outra de cinco anos, e o assunto foi o quê? Merenda. Ela perguntou: *Deputado Galo, na sua época tinha merenda?* Tinha. *O que tinha na sua merenda?* Ah, sagu. Nunca mais quero saber do tal do sugu, que me socavam sugu. *O que mais tinha?* Ah, tinha um mingau. *O que mais?* Falei: Macarrão sem sal e escorrido. Essa era a merenda. Ficávamos com uma canequinha na mão esperando, colocava a canequinha lá e a professora jogava o sugu assim: *Pá!* Escorria pela mão. Hoje, ela me contou e não sabia, temos a melhor merenda do País. Quero cumprimentar você, Secretário Renato Feder, Secretário da Educação, por sua vontade, pela sua disponibilidade. Mas em especial quero cumprimentar o Governador Ratinho Junior, que disse em uma ocasião, ele não lembra, mas lembro-me muito bem. O Ratinho era Deputado Federal uma época. Em uma das reuniões na época dentro da Rede Massa, ele disse: *Um dia vou ter a caneta e nenhuma criança mais, no Estado do Paraná, terá merenda ruim.* Ele cumpriu o seu pensamento, que não foi nenhuma promessa, mas ouvi isso. Ontem, conversando com uma servidora, ela me disse:



*Galo, ah, a minha filha come kiwi, come maçã verde e ainda pode levar para casa uma fruta, um kiwi ou uma maçã verde. Banana, não é mais banana da minha época, era meio ‘prode’. A minha vó falava prode. Não, é banana climatizada e da boa. Então, fui pesquisar e achei que o Estado do Paraná é considerado no Brasil como um dos Estados que tem a melhor merenda escolar para os nossos alunos no Estado do Paraná. Senhor Governador, em nome das famílias dos jovens estudantes, dos pais e mães, que estão na rede pública estadual, meus cumprimentos. Sei o que é roncar o estômago de fome. Sei o que é ir para uma fila e ficar esperando uma desgraça de um sagu. Que nunca mais me ofereçam sagu, fico até mal. Mas hoje, em uma fila de colégio estadual, as frutas kiwi, maçã verde, isso é estupendo. A carne que é servida, de primeira qualidade, o leite, os legumes. Fico feliz em nome dessas crianças, desses estudantes, que podem dizer: *Estou bem nutrido*. Essa servidora aqui da Assembleia me disse: *Galo, todo dia*.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, por favor, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Grato, Doutor Turini. Então, para finalizar, essa mãe me disse: *Galo, todo dia a minha filha abre a bolsinha e tem uma maçã verde. Falei, você não pode trazer para casa. Ela falou: Não, a professora falou que pode levar, tem bastante. Tem sobra, pode levar para casa, filhinha.* Assim é que as nossas crianças e jovens são tratados. Então, Governador, o senhor me emociona, por causa dessas crianças. Eu, menino pobre, que doía a barriga na hora do recreio, hoje, as nossas frutas começam com o kiwi, a mais simplesinha, aí tem uva verde, uva rosada, de primeiríssima qualidade. Governador, que Deus cuide sempre do senhor. As crianças estudantes e os pais agradecem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Professor Lemos.



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^o Deputados e Deputadas, população que nos acompanha, quero cumprimentar todos e todas. Quero aqui também fazer uma saudação ao Sinclapol, Sindicato da Polícia Civil, que ontem esteve aqui representado com a Presidente, que é a Walquiria e com a Juliana, que é tesoureira do Sinclapol, trazendo, então, um documento, com uma pauta importante de reformulação da carreira, para contemplar todos os cargos que são de nível superior, como cargos de nível superior. Desde 2007 o Paraná já trata a Polícia Civil como carreira de nível superior. Entretanto, uma parte dos servidores da Polícia Civil não é tratada como cargo de nível superior e é muito importante que assim seja tratada, por conta da carreira e por conta também da remuneração. Então, quero dizer aqui que têm todo o nosso apoio. O pedido que o Sinclapol está fazendo é para que o Governador envie para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei para fazer essas correções, fazer justiça aos policiais civis que não estão enquadrados corretamente, como carreira de nível superior. Então, que o Governador possa enviar para cá o mais rápido possível esse Projeto, para corrigir essas imperfeições e essas injustiças com a Polícia Civil. Também recebemos aqui na Assembleia 11 sindicatos, que representam professores e servidores técnicos das nossas sete universidades, ontem, hoje, trazendo essa carta. Uma carta fazendo um histórico e também apresentando as demandas, que são demandas importantes para as nossas sete universidades estaduais. Tanto para os nossos professores e professoras, quanto para os nossos funcionários e funcionárias das universidades. Reivindicações que podem ser acolhidas pelo Governo, cabem no orçamento, cabem também, tanto cabem orçamentariamente, como também tem espaço legal, tem limite legal para acolher essas demandas. São várias demandas importantes que mexem na carreira, para melhorar a carreira dos nossos funcionários das nossas universidades, dos nossos professores das nossas universidades. Também tem todo o nosso apoio. Também recebemos mais uma vez o Fórum dos Servidores, que já esteve aqui outras vezes. Esteve hoje também, por exemplo, a Professora Walquiria,



Presidente da APP-Sindicato, com a Nádia, que é funcionária de escola, estiveram hoje aqui na Assembleia. Novamente reivindicando aquilo que foi apresentado no dia 29 de abril, ao Secretário da Administração e Previdência. Aquilo que foi apresentado também ao Deputado Marcel Micheletto, Líder do Governo aqui na Assembleia, recentemente. O dia 21 de junho é um dia de paralização de todos os servidores. Qual é o pedido? Que nesta data, o Deputado Marcel Micheletto, nosso Líder do Governo aqui na Assembleia, com o Líder da Oposição, possamos ter uma reunião com o Governo, com a Casa Civil, com a Fazenda, com a Secretaria da Administração e Previdência e que possamos avançar em tempo, em uma pauta que é importante, que é a data-base para todos os servidores da ativa e de aposentados, também dos civis e do pessoal militar e a suspensão do desconto previdenciário até o teto do INSS, para todos os servidores do Estado do Paraná. São duas pautas importantes, que podem e devem ser acolhidas pelo Governo, nesse período, nesse ano eleitoral. Então, fica aqui mais uma vez... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Professor Lemos, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Fica mais uma vez aqui o pedido ao Deputado Marcel Micheletto, que está com a equipe, com o Governo, fazendo um estudo. Acredito que até a semana que vem esse estudo já deverá estar pronto e que na terça-feira o Governo possa, com Vossa Excelência, Deputado, receber a representação dos servidores e dar a boa notícia ao Paraná. Por que ao Paraná? Porque você trata bem o servidor público, você está tratando bem o povo do Paraná, que é usuário do serviço público prestado pelos nossos servidores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Requião Filho.



DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente Tercílio, nobres colegas que aqui se encontram, Presidente Ademar Traiano. Vi o Grande Expediente de hoje e fiquei impressionado, achei bonito mesmo, gostei, bem legal, inclusive já estou acertando com o Deputado Marcel Micheletto, que é o Líder do Governo, na próxima terça-feira ele faz uma homenagem a mim, na terça-feira seguinte faço uma homenagem a ele e vimos com vídeo institucional aqui, com aval do MP eleitoral, que fica bem mais confortável, afinal de contas, Deputado não tem tempo de televisão para horário eleitoral. Mas faz parte do jogo, faz parte do jogo. E o que vi me lembrou muito uma coisa que aprendi com o Ministro do STF, Ministro Marco Aurélio de Mello, que ele dizia que quando um advogado faz uma petição muito grande, quando ele explica muito, é porque ele não tem direito. Mas a Dona Lurdes, minha avó materna, Plauto, falava isso de maneira mais simples: “Quando você começa a dar muita desculpa, explicar muito, é porque você fez besteira”. Então, fica aqui um ensinamento da Dona Lurdes para esse pessoal que fica insistindo no mesmo tema tentando explicar. Fica cada vez mais claro que fez besteira e daí aguardamos para ver o que acontece. Mas, Presidente, fora o lindo Grande Expediente que tivemos hoje de uma hora e quinze minutos, com claque e tudo trazido aqui em troca de caminhão, temos problemas na educação e estamos chegando perto mais uma vez do que o Professor Lemos trata tão bem aqui no Plenário, a data-base, com atraso, não para os professores, mas para todos os servidores do Estado do Paraná de quase 36%. E em um evento do Governador Darci Piana, Governador em exercício, alguns professores e professoras entraram com cartaz, pedindo: “Data-base é direito”. Foram retirados pela Casa Militar do evento. E começa de novo esse embate, data-base é direito, não só dos professores, mas dos policiais militares, dos policiais civis, das nossas enfermeiras e de todo o corpo de funcionários do Executivo. Então, espero que a próxima data-base venha com a proposta um pouquinho mais séria, e não adianta prometer parcelar em lei, Soldado Fruet, porque depois eles alteram a lei, principalmente quando a lei é feita em ano eleitoral, e o pessoal do Paraná já tem esse



conhecimento. Era esse o recado, Sr. Presidente. Agradeço e agradeço aos demais colegas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Bazana. Deputado Requião, com a assessoria do Marcio, V.Ex.^a tem o mesmo tempo na sequência para fazer uma exposição aí de um programa seu, que o senhor pretende implantar no Estado do Paraná. Aqui a questão é democrática, sem nenhum problema.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Só vamos falar sobre os nossos alunos da Apae do Paraná. Nós, graças a Deus aqui, com a permissão desta Casa, conseguimos desde a semana passada colocar em exposição no *hall* da Assembleia Legislativa do Paraná o trabalho dos nossos alunos. Então, os cartões de natal estão expostos ali no *hall* da Assembleia para que todos os Deputados e também os nossos representantes da Assembleia possam ver. E convido todos que incentivem esse trabalho feito pelos alunos das Apaes do Paraná, porque às vezes eles demoram ali meses para elaborar um cartaz como aquele e muitas vezes as pessoas passam perto e nem param para olhar. Então, pediria que todos, até os servidores da Casa pudessem olhar e pudessem votar naqueles cartões que estão ali, tem o QR-Code, é só colocar ali a câmara do seu celular para poder votar, para que possamos escolher ali o cartão vencedor que vai a Brasília, na Federação Nacional, para competir com todo o Brasil, e a partir dali os cartões são selecionados e são montados para que sejam distribuídos para o Brasil os cartões de natal aí feitos pelas Apaes do Paraná. Então, peço aos nossos companheiros Deputados e Deputadas que passem por ali, deem o seu voto, que é muito importante valorizar o trabalho feito pelos alunos das Apaes do Paraná. São ali 24 Apaes participando, mas se não tiver o incentivo, se não tiver a votação, não conseguimos fazer com que realmente valorizem esse trabalho.



Então, é mais para pedir isso mesmo, que todos passem por ali e deem uma olhada. Obrigado, Presidente. Companheiro Adelino aí, firme e forte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.º Deputados: Ricardo Arruda (PL); Coronel Lee (PDC); Tadeu Veneri (PT); Tercílio Turini (PSD); Marcio Pacheco (REP); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas, os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia*. Tenho dois temas importantes a tratar aqui hoje nesta tribuna. Primeiramente a respeito do pedágio. Esta Casa aqui tem uma frente Parlamentar para debater o pedágio. Com todo o respeito a todos os Deputados que fazem parte da frente, não vi uma medida ainda que venha contribuir realmente com o novo contrato do pedágio. Só vejo discurso populista e eleitoreiro, só críticas, em um contrato que nem foi feito ainda. É lamentável ouvir isso aqui nesta Casa. Vi lá, ninguém fala que terá um investimento de 43 bilhões nas rodovias do Paraná, que vão duplicar 2.800 quilômetros, que será feito o preço justo, não o preço mínimo. Preço mínimo é discurso eleitoreiro. Falar mal do pedágio no Paraná é muito fácil, porque o paranaense tem um trauma porque foi roubado por 20 anos aqui no Paraná. E com todo o respeito, vi outro dia o Deputado Fruet, gravou um vídeo agredindo covardemente o Governador, não estou aqui para defender Governador, covardemente, colocando o Governador falar que vai abaixar no mínimo 50%, e é uma verdade. Aí ele diz lá que não, que o reajuste que terá do pedágio, só da inflação, já vai ficar quase, vai ficar maior do que estava e daqui cinco anos o pedágio, Deputado Marcel Micheletto, diz o nosso economista, Deputado Fruet, que vai estar em R\$ 42,00. Não sei de onde, Deputado, o senhor fez essa conta, ou quem fez para o senhor essa conta. Essa conta é factóide, é narrativa, é uma



conta mentirosa. Qual é a taxa de inflação que foi usada? Será que usou a de hoje, essa conta de hoje em uma inflação pós-pandemia, durante uma guerra? Óbvio que não. Não existe, discursos populistas, é inaceitável isso. Aí tive aqui, tive aqui uma sugestão da Socipar. Novamente tenho que parabenizar a sociedade civil, Socipar, que é uma sociedade civil estadual hoje, mas está lá em Paranavaí. Eles sugeriram o seguinte, Marcel Micheletto, e vou pedir a tua colaboração para isso, o trecho que liga Nova Londrina, Paranavaí a Nova Londrina, tinha um número lá que foi dado pelo DER, ou pelo DNIT, de 11 mil carros que passavam por dia. A própria Socipar, os empresários, contrataram a Perplan, a empresa que faz contagem. Sabe qual foi o número? Dobrou, de 2019 para 2022 dobrou o número de carros. A sugestão que veio da Socipar é assim: que o Governo, ou o DNIT, ou alguém, mas acho que o interesse é nosso, o Estado do Paraná, peça a recontagem do tráfego de carros onde terá todas as rodovias, se dobrar, ou se aumentar muito, vai baratear ainda mais o preço do pedágio, porque quanto mais veículos, mais barato fica, porque a arrecadação aumenta. Isso sim é uma medida, é uma crítica construtiva, que quer ajudar o Paraná, que quer ajudar o Governo. E o que mais me deixa chateado é quando vejo um Deputado que se diz bolsonarista criticar um pedágio, que não é feito no Paraná, que é um projeto do Governo Federal, Governo Bolsonaro, Ministro Tarcísio, gente séria, honesta, que não está brincando com o dinheiro público. Ou será que o Presidente ia prejudicar algum brasileiro? Ia prejudicar algum paranaense? Estado esse que ele tem ajudado tanto. Então, as pessoas têm que ter limite na fala. Agredir um Governador para fazer oposição não tem limite isso aí também. Temos que trabalhar com a verdade e não ficar criando narrativas, factoides para a população, dizendo que o pedágio vai estar em 40, 50. Ou virou vidente agora? Agora, segundo ponto que tenho para falar aqui, tem coisas que realmente não entendo. Estava aqui dentro batendo papo com os Deputados, e acho que tem Deputado que acredita em Papai Noel ainda, em cegonha. Quando alguém aqui defende a urna eletrônica e diz que não tem problema: *Ninguém*



mexe na urna eletrônica. Como? Será que ninguém vê notícia? Ninguém viu a última matéria nos Estados Unidos, que a empresa de urna eletrônica está mudando para o comprovante, urna eletrônica com o comprovante impresso, porque não tem como garantir. *Cara*, fico pasmo. Ou pessoa que só vê *Rede Globo* ou só vê a cartilha do PT. Não é possível. Mas tudo bem. O ponto aqui é o seguinte: ontem, o Deputado Tadeu Veneri falou naquela tribuna da esquerda, onde a esquerda sempre fala, disse o seguinte, diz o Deputado Tadeu: “O que me traz aqui é a constatação daquilo que há muito tempo já estamos falando, o Brasil dos 112 milhões de pessoas que estão passando fome e dos 31 milhões de pessoas que passam fome todos os dias, é o Brasil que está hoje em todos os jornais e pesquisas feitas. Isso mesmo com aquilo auxílio emergencial, o que temos hoje é um número menor de pessoas recebendo o auxílio emergencial e um número maior de pessoas passando fome e o governo tentando achar milhares de justificativas”. Deputado Tadeu Veneri, o senhor me surpreende. Não sei se é genético da esquerda querer mentir para o povo. Inventar factoides, mentiras. Sei que o líder dele, o “descondensado” do Lula, sempre mentiu. Ele ia lá na ONU. Um dia ele fez um discurso que tinham 25 milhões de crianças de rua no Brasil.

Deputado Soldado Fruet (PROS): *Pela ordem.* Dá-me um aparte?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Agora não dá. Não vou dar aparte agora, perdoe-me.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência pode pedir um aparte; se o Deputado não conceder, na sequência pode pedir *pela ordem*.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): E acrescente o meu tempo, por favor, porque o tema é longo aqui. Não estou aqui brincando de fazer política, deixa eu terminar, por favor. O senhor fale depois. O *cara* quebra meu raciocínio aqui, Presidente, que absurdo. Então, o Lula disse, nesse discurso, acho que foi na



ONU, que tinham 25 milhões de crianças de rua. Aí diz ele rindo, fanfarrão, fala assim: “O Jaime Lerner ainda falou, Lula, não tem como ter 25 milhões crianças na rua, ninguém iria andar na rua”. E ele falava: “Gosto de mentir mesmo, porque o povo bate palma para mim lá fora”. Esse é o fanfarrão que eles defendem. E aí vamos aos fatos agora, não às narrativas, aos factoides que eles dizem, as mentiras dele. Lula disse, isso há pouco tempo, que há 800 milhões de pessoas passando fome e que no Brasil há 19 milhões de pessoas passando fome, sendo que eles, Lula e PT, acabaram com a fome em 2012. E que esse fato foi, inclusive, reconhecido pela ONU. Mentira. Já foi desmentido. Nunca a ONU confirmou isso aí. Lula é um mentiroso. Especializou-se em inventar narrativas, dados para enganar o povo. Foi desmentido publicamente pelo *site Checador de fake news*. Apesar de uma mentira descarada como essa, ainda a imprensa alivia para o Lula e diz que o Lula errou ao anunciar dados sobre a fome. Segundo o IBGE, vamos lá, agora é fonte segura, segundo o IBGE, a gestão alimentar piorou sob a gestão do PT. Agora vamos aos fatos, 19 milhões de pessoas passando fome no Brasil em 2020 e 33 milhões de famintos em 2021. Não é oficial, narrativa. Não são números do IBGE. Portanto, quando vocês ouvirem essas narrativas do PT, desconsiderem, porque são mentiras. Procurem informações reais nos *sites* oficiais. Segundo a reportagem da CNN, em 2004, a segurança alimentar era 34% e o índice caiu para 30%. Em 2009, atinge seu mínimo. Em 2013, em 22%. Daí para frente a tendência foi revertida e a fome aumentou. Uma pesquisa feita em 2017, 2018, dos 68 milhões de domicílios no Brasil, 36% estavam com algum nível de insegurança alimentar, o que representa quase 85 milhões de pessoas. Isso não é Governo Bolsonaro, Governo Dilma. Em apenas quatro anos, de 2013 a 2017, a crise provocada pelo “desgoverno” do PT fez a insegurança alimentar 62% no Brasil. E isso sem pandemia, sem guerra. Ainda de acordo com o IBGE, em 2004, no primeiro Governo Lula, a insegurança alimentar era 34%. Em 2017, um ano depois do *impeachment* da Dilma... (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, V.Ex.^a tem um minuto e dez segundos para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Resumindo, então, vou ter que resumir. O PT deixou um legado de 52 milhões de pessoas na pobreza, fato esse anunciado pelo próprio IBGE em 2016. Hoje, graças ao Governo Bolsonaro, temos o maior programa de renda da história, muito maior que na era PT. O auxílio emergencial e o auxílio Brasil fez recuar para o menor índice o nível de fome no Brasil, 3,3% em plena pandemia. Só para terem uma ideia, o auxílio Brasil hoje é de R\$ 400,00, Bolsa Família é R\$ 191. Em três anos e meio de Governo, nós, Governo Bolsonaro, já investiu mais do que os 13 anos de PT no Bolsa Família. Então, o Governo que mais atendeu ao povo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem ou questão de ordem?*

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): *Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): O Deputado Arruda me citou. Deputado Arruda, talvez o senhor não seja paranaense, não são 20 anos de pedágio, Deputado. O senhor não é paranaense, o senhor é paulista. São 25 anos de pedágio. E se for citar aqui algumas situações, iria passar um dia falando. Entendo a indignação do Deputado Arruda, a defesa desse Governador mentiroso que temos aí. Ele não tem coragem, ele coloca seus “soldadinhos” de plantão para defender ele aqui nesta Casa. Só quero informar para o senhor, Deputado Arruda,



não tenho ninguém em cargos de comissão, então não preciso aqui me expor, ficar defendendo um Governo de mentira. Não sou eu que estou mentindo, são números, são dados. Foi ele que falou, não fui eu, que o pedágio iria abaixar 60%. A verdade está sendo mostrada. Então, com todo o respeito, Deputado Ricardo Arruda, quando o senhor vier defender aqui esse Governador mentiroso, o senhor em respeite, que o respeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Coronel Lee, por favor.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Quero fazer um agradecimento especial ao Governo do Paraná, que de pronto atendeu a um envio de expediente nosso, para dar o nome do 16.^º Batalhão da Polícia Militar de Guarapuava com o nome do nosso Sargento Riccieri Chagas. Então, é uma homenagem mais do que justa. Um agradecimento especial, não só ao Governo, mas à família por ter doado o seu querido em prol da segurança pública, em prol do povo do Paraná. Obrigado a toda a família. Quero fazer um alerta muito grave, muito importante, Presidente, aos nossos colegas Parlamentares, sobre a criação de novas unidades militares. Cuidado, senhores. Estão querendo criar companhias independentes, outras companhias vinculadas aos Batalhões e querem criar Batalhões. Criar Batalhões só no papel, senhores, é uma situação muito grave. Tiramos, pelo menos, 40 homens das ruas do Paraná para movimentar a administração de um Batalhão. Tem comandante, tem subcomandante, tem seu estado maior, tem seus auxiliares. Então, tem o departamento pessoal, inteligência, planejamento, logística, tesouraria, almoxarifado, tem telefonistas, rádio-operadores, para daí começarmos a pensar na área. Então, senhores, como estão pensando em criar novas unidades, os Sr.^s Parlamentares prestem bem atenção nessa situação que é muito grave. A nossa Polícia Militar, nossa Polícia Civil está atravessando os piores momentos dos nossos quase 170 anos de história. Tenho na cabeça os números exatos da



defasagem e do existente agora das corporações. Não vou falar aqui, logicamente, por motivos estratégicos senão vamos trazer quadrilhas do mundo inteiro aqui para dentro do Paraná. Já falei isso já há muito tempo e estou repetindo. E se falarem: *Não, mas vão entrar agora 2 mil homens. Por que não podemos fazer novos batalhões?* Porque 2 mil homens, senhores, não vai dar para *tampar o buraco do dente* da defasagem do efetivo da Polícia Militar. Não estou nem falando da Polícia Civil. Hoje, agora, às 13h30, 14 horas, na CCJ, inclusive foi reprovado o PL 53, que é da quebra de barreira. Era para fazer um banco apenas, um banco de reserva, senhores. Então, é uma contradição do nosso Governo. Querem criar novas unidades, a grande cartada seria o PL 53, que reprovaram. O próprio Governo votou contra e reprovou o PL 53. Então, não sabemos realmente o que querem? Querem criar novas unidades, mas sem efetivos, senhores? Estou falando publicamente: não se deve fazer isso! Se querem criar somente no papel, vamos criar no papel e vamos tirar 40 homens das ruas, no mínimo. E acabei de explicar o porquê que tivemos 40 homens nas ruas? Este é o nosso ponto de vista dos nossos 35 anos de Polícia Militar, mas de qualquer maneira o PL 53 já foi reprovado e seria o grande alento. É isso, senhores. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Fazer aqui um registro especial às lapeanas e lapeanos, Deputados e Deputadas que têm referência na Lapa, como é o caso do nosso agora, neste momento, 1.^º Secretário. A Lapa ontem completou 290 anos e é uma das cidades talvez mais importantes que temos, no Estado do Paraná, e justamente por isso começo aqui falando sobre essa cidade que tem, para nós, uma referência muito especial. Para nós todos paranaenses. Mas é óbvio que não venho à Tribuna para falar apenas sobre a Lapa, embora reconheça a importância que tem essa cidade



para nós todos. Venho aqui também para relatar, e já fiz um pedido ao Presidente desta Casa, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, tivemos uma reunião hoje na parte da manhã com a Dr.^a Lucena Peruzzo que representava o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Dr. Wellington Moura, e o Presidente de pronto concordou que pudéssemos fazer um convite ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, uma vez que tivemos há pouco tempo, Deputado Traiano, fizemos uma Audiência Pública aqui, pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa, e nesta reunião, nesta Audiência Pública que foi o tema principal, foi a violência política nas eleições. Entendemos, hoje, todos que estavam lá – estávamos com cerca de oito, dez pessoas, que é preciso que se façam alguns esclarecimentos a respeito do processo eleitoral e também, como já foi dito várias vezes no Brasil inteiro, o que significam as urnas eletrônicas. Há uma série de modificações que estão sendo feitas desde urnas-espelho para que as pessoas possam fazer quando tiverem dúvida das suas conferências, até o processo de termos, diferente do que foi na eleição de 2018, termos outro método de votação e de confirmação. Mas acredito que isso será feito assim que o Presidente Ademar Traiano e o Desembargador Wellington Moura chegarem a um acordo quanto à data possível para que este venha até aqui, porque esta é uma Casa que certamente reverbera e repercute todos esses assuntos, inclusive a polêmica quando existe a respeito de método eleitoral. Então, venho aqui, Sr. Presidente, porque ontem nos colocamos e falei aos Deputados aqui, às Deputadas, contrários ao Processo Seletivo Simplificado que está sendo feito pela Secretaria da Educação e que exige, entre outras coisas, que o candidato ou a candidata grave um vídeo de cerca de oito a dez minutos e mande esse vídeo para que a Secretaria da Educação possa analisá-lo com os demais documentos que são enviados para saber – no caso do candidato PSS, Processo Seletivo Simplificado – se ele terá ou não condições de ser admitido. São cerca de 30 mil pessoas, 30 mil pessoas. Se pensarmos em 30 mil candidatos, Deputado Evandro, com dez minutos de vídeo cada um – alguns que, inclusive, o YouTube não aceita, porque entende que não é a plataforma que deve



aceitar esses vídeos –, mas suponhamos que haja outro método e que realmente sejam enviados 30 mil vídeos, dez minutos. Estamos falando de 300 mil minutos. Divida-se isso por 60, que é a hora, é uma hora que teria 60. Estamos falando de algumas milhares de horas que terão que ser assistidas para que se tenha uma conclusão se aquele ou aquela candidata terá ou não condições de participar e de ser, no caso do PSS, de ser contemplado. É um absurdo, é um absurdo! Às vezes me parece que a Secretaria da Educação perde completamente o raciocínio ou perde o fio. Perde a lógica, não há nenhum sentido. Primeiro se faz uma prova para que esse candidato do PSS, tudo bem, que seja qualificado. Depois se exige que esse candidato pague todos os anos, todos os anos pague um valor para que possa novamente concorrer a uma vaga de PSS. E, enquanto isso, não se abre concurso público. Estamos há mais de 12 anos, Deputada Mabel, sem concurso público. E aí agora inventaram o tal do vídeo para que o professor ou a professora mande um vídeo para mostrar se tem expressão facial para dar aula. Acho que o Secretário ou aqueles que estão na Secretaria perderam de vez a razão, perderam de vez o fio, porque não há sentido em estabelecer esse método, e, como falei, gastar o quê? Cinco mil horas! Cinco mil horas vendo vídeo? É óbvio que não! Às vezes dá impressão que o Governador ou não sabe disso, ou se sabe e concorda também não entende absolutamente nada do que está acontecendo. São coisas assim que nos levam a questionar determinadas ações que temos feito nesta Tribuna quase que costumeiramente. Há coisas que acontecem e que obviamente nos obrigam a tomar iniciativas como vamos fazer em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e obviamente que aqueles que quiserem assinar também poderão fazê-lo. Estamos representando, fazendo, junto ao Ministério Público, um pedido para que o Ministério Público intervenha nesse processo. E, obviamente, Deputado Lemos, essa intervenção deve se dar pela suspensão da exigência que se tenha um *youtuber* agora professor, ou seja, alguém que tem que fazer os seus vídeos. E, como o senhor bem lembrou ontem, já há empresas se colocando para fazer os vídeos, para melhorar um pouco a



postura do professor, do candidato. Esse negócio é uma concorrência para cargo eletivo ou é um processo eleitoral para concorrer a uma vaga em algum cargo que, certamente, não estamos fazendo? Essas coisas criam, Deputado Galo, uma incoerência e umq inconsistência dentro da educação. Ora, a Secretaria devia estar preocupada com a escola lá em...

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já lhe concedo. Com a escola lá de Guaraqueçaba que caiu o teto, na última semana. Estava em Paranaguá, no sábado, e alguns professores vieram dizer. Deputado Marcel, o senhor sabia? E, obviamente, que o senhor não pode saber. O senhor é o Líder do Governo, mas não tem como saber de todas as coisas que acontecem. Caiu o teto da escola em Guaraqueçaba, na sexta-feira. Caiu o teto. Choveu, caiu o teto. A Secretaria correu para resolver? Não, a Secretaria está preocupada com os *youtubers*, 30 mil *youtubers*, 30 mil vídeos. Estamos com merenda em um dos municípios, e vou trazer aqui amanhã não, porque não teremos Sessão na quarta-feira, mas na segunda-feira, a relação da merenda que está sendo comprada em um dos municípios do Paraná, que é duas vezes mais cara do que está vendido nos mercados, por uma empresa de Minas Gerais. Isso não preocupa a Secretaria? Não preocupa a Secretaria o fato de termos, em algumas cidades do Paraná, a dificuldade de acesso, por exemplo, dos alunos às escolas, porque as estradas estão intransitáveis? Não preocupa a Secretaria o fato de termos uma quantidade enorme de professores afastados por problemas de depressão e alguns mais graves com problemas mentais? Não preocupa o Secretário Feder termos hoje um professor sendo retirado de uma das atividades, que foi feita na manhã de hoje, quando trouxeram aquele robô que eles pretendem colocar nas salas de aula para educação a distância, e o professor, ao fazer o seu protesto sobre a data-base, foi retirado de dentro? Não preocupa o Secretário Feder e os seus assessores o fato de termos uma Unicesumar fraudando, literalmente fraudando o processo



educativo das escolas, quando temos 20%, 30% dos alunos que entraram desistindo dos cursos técnicos? Não preocupa o Secretário da Educação as escolas militarizadas, que foram proibidas inclusive, os seus seminários foram proibidos agora em São Paulo? Não preocupa o Secretário da Educação o fato de termos uma paralisação marcada para daqui a alguns dias por falta de data-base, por falta de piso, por falta de uma série de coisas? Não preocupa o Secretário da Educação o fato de termos hoje, talvez, um dos maiores problemas de todos os últimos 20 anos no ensino superior, com uma pauta que foi entregue hoje que, entre outras coisas, pretende inclusive receber aquilo que todos já recebem, Deputado Nelson, que é o auxílio-alimentação? Não preocupa o Secretário da Educação 300 mil crianças terem deixado a escola no ano passado? Não preocupa o Secretário da Educação as tais *Provas Paraná* que foram feitas e que, quando foram corrigidas pela plataforma da inteligência artificial, foram corrigidas erradas, Deputado Nereu, porque a plataforma inteligente não é inteligente? As plataformas corrigiram errado! Parece... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Parece que o Secretário da Educação não está preocupado com absolutamente nada, a não ser dizer que teremos o melhor Ideb do Brasil, que teremos *Educatron* para tudo quanto é canto, que teremos Unicesumar em todos os lugares, que teremos terceirização de merenda, que teremos... Então, vamos terceirizar de uma vez a Secretaria da Educação tirando o Secretário, porque este já está terceirizado. Sei que ele não vai sair, ele vai continuar lá. O Sr. Feder tem razões que a própria razão desconhece, não é, para manter-se no cargo, mas que nos preocupa nos preocupa muito. (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Peço desculpas ao Professor Lemos por não ter lhe concedido o aparte, Professor Lemos, mas na sequência voltaremos a esse tema. Então, Sr. Presidente, só para registrar, estamos, hoje, entrando com uma ação no Ministério Público para revogar esse edital absurdo que exige 30 mil professores fazerem aquele tal do “videozinho” para ficarem sendo olhados lá sabe lá por quem. Obrigado, Sr. Presidente!

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Deputado Galo aqui atrás.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Para esclarecimento. Atenção, Marcel Micheletto! A escola que o nobre Deputado Tadeu se referiu é a Escola Marcílio Dias. Desabou o teto, de velho, no dia 30, Presidente. Porém, a empresa FSIT começou os reparos, ontem, em Guaraqueçaba. Grato, Sr. Presidente. Só para esclarecimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, V.Ex.^a poderia nos explicar as razões de estar com essa manta majestosa?

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, é uma questão de estilo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ah, está entendido. *Curitiba Fashion Week*. Deputado Turini, por favor, com a palavra.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Quero saudar também quem nos acompanha pela *TV Assembleia*. Venho a esta tribuna hoje para falar sobre o impasse na duplicação da PR-445.



Acho que todos conhecem a PR-445. É a rodovia que sai de Londrina em direção a Curitiba. É a rodovia que vem até Mauá da Serra, no entroncamento da BR-376, que é a Rodovia do Café. Essa rodovia foi duplicada no trecho urbano, do Governo do Beto Richa, no perímetro entre Londrina e Cambé, um trecho em que tínhamos acidentes toda semana, acidentes com óbitos, e foi duplicada, foi iniciada a duplicação de Londrina até o Distrito de Irerê, 15 quilômetros. E o sonho de toda população de Londrina, da sociedade civil organizada, estou falando de Londrina, da Região Metropolitana, do Norte do Paraná, a duplicação da PR-445 até Mauá da Serra, porque essa rodovia já foi chamada rodovia das cruzes, simbolizando a quantidade de pessoas que já perderam a vida ao longo dessa rodovia. Foi feito um trabalho, no início do Governador Ratinho, para fazer a duplicação da 445, que era um compromisso mesmo e esse trabalho foi feito pela sociedade e pelos Deputados da região de Londrina: Tiago Amaral, Cobra Repórter, Boca Aberta, este Deputado que fala, Deputado Romanelli, com o apoio do Deputado Romanelli, e o Governo se sensibilizou e mandou fazer os projetos de Irerê até Mauá da Serra, e foram divididos em dois projetos. O projeto que ficou pronto primeiro é de Lerroville até Mauá da Serra, 27 quilômetros. Demorou, esperamos um ano para conclusão do projeto, para a análise do DER, para ficar pronto para ir para licitação. O projeto foi licitado, demorou mais quatro meses para licitação. O projeto foi licitado e, no dia 16 de dezembro do ano passado, foi dada a ordem de serviço. Houve aí por parte da sociedade um alívio porque grande parte da rodovia seria duplicada, o outro trecho de 23 quilômetros terminando os projetos, mas na hora de ganhar um 10, na hora de começar, a empresa começar a obra, o Iphan falou: *Tem que fazer um estudo arqueológico, porque pode ter um sítio arqueológico ali.* Esperamos décadas para duplicar a rodovia, uma mobilização de toda a região, a maior obra da região do Norte do Paraná, uma obra de R\$ 150 milhões, foi dada a ordem de serviço e a obra está fazendo seis meses. Esperei, Deputado Tiago Amaral, seis meses para vir aqui à tribuna para reclamar. Por quê? Porque falaram: *Olha, vamos fazer o estudo*



arqueológico. O Governo fez realmente, contratou a empresa. E estou vindo aqui hoje porque esse estudo já foi entregue, não sei exato, mas seguramente há um mês para o Iphan, e apontou que tem um pequeno trecho que pode ter lá um sítio arqueológico, que talvez não fique nem na beira da rodovia, porque essa rodovia já existe, já tem trechos que têm terceiras-faixas. Não sou contra preservar o patrimônio cultural, mas precisamos resolver esse problema, porque tem pessoas perdendo as vidas. Isso vai ficar muito mais caro. Quem que vai pagar essa diferença? E o impasse não se resolve, não se resolve. Gente, por que não foi feito o seguinte: temos lá obras de arte, duas pontes para serem feitas, temos um viaduto, temos as marginais de Lerroville ali até a entrada de Tamarana, que são as obras mais difíceis, mais caras e que a cidade já tem construção dos dois lados, e não se libera obra nem parcialmente. Então, estou vindo aqui hoje indignado. Estou indignado. Esperei seis meses. Não é possível que não se resolva um problema desses em seis meses. Olha, o Iphan tem que vir aqui. Se não resolver isso nas próximas semanas, desculpe, Sr. Presidente, mas vou fazer o encaminhamento para convocar o Iphan para vir aqui dar explicação e justificar, porque hoje a imprensa, a sociedade, ela está reclamando que temos que resolver esse problema, e temos mesmo! Não é possível esperarmos tanto tempo e podemos até perder essa licitação e começarmos novamente do zero. Então, estou vindo aqui hoje para que realmente façamos a união. Sei que o DER está trabalhando, está tentando resolver o problema, estive lá com o Secretário Furiatti há três semanas, já tinha falando com ele antes, tratando deste assunto, e ele diz que está aguardando realmente a liberação do Iphan – tudo o que foi pedido está entregue lá e está aguardando a análise definitiva do Iphan. O Iphan está com a palavra, tem que vir aqui dar uma satisfação para a sociedade, porque não é possível! A nossa região exige que este assunto seja solucionado o mais rapidamente possível.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Tercílio.



DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Tem um aparte, Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Tercílio, o assunto que V.Ex.^a traz à Casa é muito importante e vemos a complexidade de uma obra em rodovia. Obviamente, nós Deputados que temos atuação política na região de Maringá, na região de Londrina, como eu, o Deputado Tiago também está ali talvez para fazer um aparte, fazemos coro às manifestações de V.Ex.^a. Estamos juntos em relação a este assunto. Também recebemos reclamações de gente que quer ver a obra acontecer, mas pego este gancho para dizer mais uma coisa, para ver como é complexo falarmos de obras nas rodovias e por isso é tão importante o trabalho da Frente Parlamentar que trata dos pedágios nesta Casa. Estou dizendo isso porque essa Frente Parlamentar é uma das ações que esta Casa de fato realizou que realmente enaltecem o Poder Legislativo e mostram que quando a Casa está unida em torno de um tema, conseguimos avançar. E essas duas últimas semanas passadas, a passada e a retrasada, que estivemos em Brasília, pudemos ver a importância do que é estar unidos em torno de um assunto, de questionar, de buscar explicações e saímos de lá convictos de que temos que continuar fazendo os questionamentos ao TCU e obviamente questionando também a ANTT e o Ministério da Infraestrutura e Logística, porque de fato a questão dos pedágios, sim, preocupa-nos. Deixar isso muito claro porque aí o gancho que pego é que obras é uma questão complexa, temos preocupações com licenças, inclusive, no documento que foi levantado e é importante que continuemos este trabalho que é fundamental para o povo do Paraná. Se tem algo que nos últimos na vida política do Paraná foi de fato diferenciado é a ação política desta Frente Parlamentar da qual faço parte com muito orgulho. Deputado Tercílio, muito obrigado.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Eu que agradeço, Deputado Evandro. Obrigado pela contribuição. Deputado Tiago, tem um aparte.



Deputado Tiago Amaral (PSD): Deputado Tercílio, é importante o seu pronunciamento. Nós que sofremos as mazelas da não duplicação da PR-445, desde quando nasci, 35 anos, o senhor ao longo dessa caminhada toda, sabemos da importância que essa rodovia tem, não apenas para evitar acidentes, mas para trazer o desenvolvimento. Sabemos que os nossos distritos, a nossa área rural, a cidade de Tamarana, a cidade de Mauá da Serra, a partir da duplicação da 455, terão um salto na capacidade de desenvolvimento muito grande. Sabemos que temos ali... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, para concluir.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Sabemos que temos ali potencial de atração de empresas e de geração de empregos para a nossa região toda. Então, quero aqui também destacar a importância da sua fala, também estive lá na semana passada conversando com o pessoal do Iphan e de fato aquilo que está mais claro é justamente essa posição, Deputado Tercílio, que você traz e que me somo a ela, da possibilidade de liberar os trechos não contestados, que efetivamente os sítios, parece-me que 1 e 2 ou 1 e 3, não estariam sendo afetados em função da duplicação da rodovia. Então, que se fizesse a liberação desses trechos, ficando restrita apenas uma solução a ser apresentada em conjunto com o próprio Iphan e com o Governo do Estado para a preservação do sítio já existente, mas que lá seja liberada, portanto, a duplicação na outra rodovia. É de fundamental importância que esse entendimento saia. Não tem como explicar para as pessoas como que uma rodovia dessas ainda não pôde ser iniciada depois de quantas décadas pela perspectiva de existência de um sítio arqueológico... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Turini, V.Ex.^a pode concluir.



DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Obrigado, Deputado Tiago, pela contribuição. E é isso, Deputado Tiago, poderia muito bem, desde o início, terem sido liberados os trechos que não têm nenhuma contestação e principalmente as obras de arte. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTAD MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e todos que nos acompanham de casa. O que me traz nesta tarde, Sr. Presidente, é uma espécie de representatividade do sentimento de pessoas que não conseguem compreender, não conseguem compreender o que não tem explicação, Deputado Wilmar Reichembach. Do dia que aprovamos aqui nesta Casa o Projeto de Lei que depois se tornou lei sancionada pelo Governador Ratinho Junior, que proíbe no Estado do Paraná a exigência do passaporte sanitário, falei: *Hoje termina este debate no Estado do Paraná e vamos pensar em outras pautas e não será mais necessário retomarmos este assunto, porque se as autoridades, Deputado Homero Marchese, não conseguem agir pelo bom senso e pela sensatez, pelo menos com base em uma lei eles vão respeitar.* Mas não, hoje em dia nem lei se respeita mais neste País, lamentavelmente, Deputado Gilson de Souza. E de maneira especial aqui no nosso Estado do Paraná. E não me agrada nem um pouco ter que voltar a esta tribuna e ter que retomar este assunto, mas todos os dias, Deputado Marcio Nunes, recebo mensagens no meu celular de acadêmicos e comunidade escolar da Universidade Federal do Estado do Paraná dizendo que lá, que é um Olimpo onde tem deuses que decidem o que deve ser feito no Estado, lá dentro da Universidade, a Universidade Federal do Paraná não está localizada dentro do território paranaense, ela é uma embaixada dentro do Estado paranaense que faz o que quer. Gente, se existe uma lei que está em vigor, que proíbe a exigência do passaporte sanitário, como é que pode essa insanidade perdurar dentro da Universidade Federal? E lá se exige, Deputado



Marcel Micheletto, a cada três dias, que o aluno, que o acadêmico que não cumpriu as normas determinadas pelo Reitor de se vacinar conforme eles determinam, que deve apresentar um teste PCR. Gente, isso é de uma ignorância, isso é um absurdo que queria entender por que em todas as demais universidades do Paraná, que demorou, diga-se de passagem, mas resolveram, encontraram o bom senso, encontraram a sensatez e respeitaram a lei, pararam de exigir. Nas outras universidades está tudo funcionando normalmente! Mas, lá na Universidade Federal do Paraná, não funcionaria, Deputado Elio Rusch, se não fosse seguindo as regras do Reitor, porque é ele quem sabe como pode funcionar a população. Por exemplo, aqui dentro, qual é o contexto de diferença de nós Deputados aqui dentro desta Assembleia para os acadêmicos da Universidade Federal do Paraná? Aqui não tem exigência de passaporte sanitário e todos estamos, graças a Deus, vivendo muito bem, obrigado! Mas lá não, lá tem que ter um passaporte sanitário, que não serve para nada! Passaporte sanitário não serve para nada, não evita o contágio, então para que o passaporte, meu Deus do céu? Para que se exige? Tem que ter o comprovante de vacina. Mas se a pessoa se vacinar, vai evitar contaminar outras pessoas? Não, não vai. Então, como... Gente, então, assim, aí tem outras questões. Vi uma reportagem, um editorial, melhor dizendo, da jornalista Cristina Graeml fazendo também uma ponderação sobre os entendimentos do próprio Poder Judiciário, corroborando o entendimento torto, abusivo e desrespeitoso do Prefeito Rafael Greca, de Curitiba, que também não sabe respeitar lei, que também quer impor a todos os servidores do município de Curitiba que devem seguir as regras dele. Não são as regras do Ministério da Saúde. Não. São as regras dele. Está demitindo e demitiu servidores, como demitiu um médico aqui do município de Curitiba. Esse médico recorreu ao Poder Judiciário. Como é que pode? Bem que se diz, *cada cabeça uma sentença*, o que é uma tristeza isso, porque não existe um norte, existe um entendimento de cada Juiz. Decisão dessa semana, da 5.^a Vara da Justiça de São Paulo, Juíza obrigando a universidade a aceitar a acadêmica, porque o passaporte sanitário



não evita contágio, não evita contaminação e é ilegal esse cerceamento da liberdade da educação dentro da universidade. Mas, aqui no Estado do Paraná, o Juiz não atendeu ao pedido do médico, que foi exonerado pelo Prefeito Rafael Greca, dizendo que: *Olha, é comprovada a eficácia da vacina.* Mas ninguém está falando da vacina. Não vamos nem entrar nessa discussão sobre a eficácia da vacina, não é isso que está em discussão. O que se está em discussão é qual a finalidade do passaporte sanitário. Se estiver vacinado, vai evitar ser contaminado? Se estiver vacinado, vai evitar contaminar outras pessoas? Não. Então, portanto, qual o sentido de se exigir um comprovante vacinal? Todo cidadão paranaense, todo cidadão brasileiro tem o direito, de acordo com o Código Civil, de rejeitar um medicamento, mesmo que ele seja comprovadamente eficaz. Se pode rejeitar qualquer tipo de tratamento, como é que ele é obrigado a aceitar, por exemplo, a questão da vacina do Covid, que não está implantada dentro do Plano Nacional de Imunizações e que tem uma série de questionamentos, que não é a razão que me traz nesta tarde. Mas, então, sei que naturalmente não deve ser essa fala minha, que vai fazer o Reitor da Universidade Federal mudar a sua cabeça. Já fizemos várias falas nesse sentido, porque lá, certamente, a sensatez não prevalece, o bom senso não prevalece e não se respeita a lei, mas pelo menos fazemos a reflexão. Fazemos a denúncia de perguntar o que está valendo, essa exigência de passaporte sanitário na Universidade Federal, se não é só para sacrificar, para punir, de acordo com a ideologia do reitor, aqueles acadêmicos que não se submetem aos seus ditames ditatoriais de querer obrigar as pessoas. As famílias que estão sofrendo. Fiquei tão feliz quando fui lá a Guaraniaçu há um tempo e um pai me encontrou todo feliz: *Olha, Deputado, que alegria. Parabéns, por ter aprovado essa lei. Agora, o meu filho vai parar de ser perseguido, de sofrer as ditaduras da Universidade Federal.* Falei: *Olha, Deus abençoe, que assim seja, querido pai.* Mas, infelizmente, Deputado Elio, não aconteceu o que era o sonho dele. Infelizmente a universidade continua cerceando as pessoas de terem o direito constitucional de entrarem na



universidade se não estiverem com o comprovante vacinal, completamente ineficaz para a transmissão, ineficaz para o contágio, para a contaminação. Então, quero fazer essa reflexão nesta tarde. Esperar que assim como fez a Universidade Técnica Federal do Paraná, que é uma universidade e também federal, lá o respeito à lei e o bom senso prevaleceu, Deputado Ricardo. Lá, o reitor falou: *Não, a partir de agora não se exigirá mais. Está funcionando, normalmente. Ninguém, graças a Deus, está tudo bem.*

Deputado Galo (PP): Um aparte, Deputado. O Galo.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Pois não, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): É rápido. É que fizemos aqui um requerimento à Mesa Diretora, para que fosse comunicada a Prefeitura de Curitiba, comunicada a Prefeitura de Paranaguá, a Universidade Federal, só que vão para 30 dias, segundo informações, nobre Deputado, até agora não saiu nenhum comunicado aqui da Assembleia. Grato.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Até entendo, Deputado Galo, a sua preocupação e a corroboração. Mas assim, Deputado, na verdade, não é possível que o Prefeito Rafael Greca não saiba que existe uma lei no Estado do Paraná. Não é possível que esse Juiz que deu ganho de causa para a Prefeitura não entenda que existe uma lei no Paraná e que não existe nada que obrigue, não existe lei que obrigue no Brasil. No Paraná existe uma lei que proíbe. Não é possível que eles não saibam. Enquanto, a primeira região do Tribunal Regional Federal tem emitido uma série de ganhos, de ações de liminares para que não se cobre mais a exigência de passaporte, em várias universidades, aqui, no Paraná, que temos uma lei, aqui, não temos o respeito. Então, fica a nossa reflexão, a nossa denúncia a esses absurdos que continuam acontecendo. A nossa solidariedade às famílias que estão sofrendo essas perseguições por conta dessas insensatezes e desrespeito à lei. O nosso apoio incondicional à liberdade das pessoas, que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

graças a Deus, hoje, existem casos, existem casos de Covid, mas graças a Deus o número de internados, de pessoas em UTI, de mortes, graças a Deus, caiu drasticamente e só não vê quem não quer. A nossa vida tem que continuar. Essa pauta foi superada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Deputado, para concluir.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Não pode ser a ideologia que nos move. O que tem que nos mover é a lei. O que tem que nos mover é o bom senso, a sensatez e a verdade dos fatos. O passaporte sanitário não evita contaminação e não evita contágio. Minha solidariedade às famílias que continuam sofrendo com essas perseguições, com essas ações ditatoriais de Curitiba, especialmente, da Universidade Federal do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa da Prefeita de Mandaguari, Sr.^a Ivonéia Furtado, da Secretaria de Educação, Sr.^a Selma Bertolini, e do Diretor do Procon, Tiago Álvaro, por solicitação do Deputado Tercílio Turini. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa. Deputado Marcel, Vossa Excelência tem um segundo. Vou solicitar ao 1.^º Secretário que faça a leitura de uma mensagem que chegou à Casa.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, leio na segunda Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Deputado Marcel, então, com a palavra.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, hoje tivemos aqui vários oradores. Tivemos antes dos nossos oradores a palestra que o nosso Deputado Marcio Nunes fez com todo o seu *staff*,



com todos que estiveram com ele na Secretaria da Sedest, mas quero dizer novamente a Vossa Excelência, Marcio Nunes, mesmo que estendeu aqui um pouco hoje o seu trabalho, mas você trouxe para esta Casa uma grande demonstração de respeito com os municípios. Aqui tivemos o Prefeito Junior, que é o Presidente de todos os Prefeitos do Paraná, mostrando a todos nós a importância do trabalho desenvolvido por Vossa Excelência. Aí, vou além, mostra mais uma vez o que o nosso Governador Ratinho Junior está à frente da sua geração. O seu Governo tem demonstrado ser um Governo municipalista, avançando em todas as áreas, mas nessa área, especificamente, Vossa Excelência, com todos os servidores da Sedest, mostraram uma competência, transparência nos seus atos e mostrando que precisamos continuar falando de meio ambiente, mas ao mesmo tempo tendo condições de ajudar os municípios todos do Paraná por meio dessa sustentabilidade, principalmente os pequenos municípios de baixo IDH, que precisam enormemente fazer a sustentabilidade e cuidar do meio ambiente. O Governador Ratinho Junior, por meio do seu trabalho como Secretário da Sedest, mostra essa sensibilidade, pulverizando recursos em todos os municípios, para que possamos continuar demonstrando que somos o Estado mais sustentável do País. Então, Vossa Excelência cumpriu o seu papel como Secretário, mostrou uma nova gestão, um novo formato de fazer política na área do meio ambiente, mas ao mesmo tempo cuidando, como sempre tenho dito, do desenvolvimentismo, lado a lado. Dá para fazer política ambiental e ao mesmo tempo olhar com carinho e com responsabilidade e, acima de tudo, com todos os municípios do Estado do Paraná. Então, Vossa Excelência está de parabéns e mostra mais uma vez o trabalho incansável que o Governo do Estado está tendo, demonstrando que é um Governo inovador, um Governo moderno e que tem deixado, logicamente, a Oposição sem discurso, porque hoje trouxemos aqui vários Prefeitos e o Presidente de todos os Prefeitos do Estado, mostrando a importância desse ato e desse resultado, fazer meio ambiente por meio de tantas importantes ações. Vossa Excelência fez com muita maestria. Então, quero mais



uma vez parabenizar e dizer também que o Governador Ratinho Junior, por meio do Secretário da Educação, também vem fazendo uma nova roupagem na área educacional. Ou não podemos ser o melhor Estado do Brasil na nota do Ideb? Isso é ruim? Não podemos avançar e ser o melhor do Brasil? Não podemos inovar? Não podemos melhorar esse ambiente acadêmico com os nossos alunos? O Governador Ratinho Junior tem tido boas ideias e tem demonstrado que mais uma vez o Estado não vai voltar para trás, com essa narrativa e com essa bolha que ficamos e continuamos dizendo. Temos que inovar, trazendo boas ideias, vivemos em um mundo hoje conectado, em um mundo digital, e os nossos alunos precisam de ferramentas, com os nossos professores, para avançar. E várias boas ideias estão sendo colocadas à disposição dos nossos alunos e que têm tido uma aprovação instantânea, ótima, e isso vai deixando aqueles que querem voltar ao passado, a uma metodologia de trabalho ultrapassada, inquietos. Então, quero mais uma vez dizer a todos vocês que quando ouço a Oposição tentando desqualificar esses grandes projetos do Governo do Estado, mais uma vez tenho certeza de que estamos no caminho certo, evoluindo, avançando, porque temos hoje um Governador que inova, que faz uma gestão moderna, que traz boas ideias e que tem feito do Estado do Paraná uma grande referência para o Brasil. Quero aqui também dizer ao Deputado Tadeu que a escola lá de Guaraqueçaba, como disse aqui o Deputado Galo, veio me relatar, já está em processo de reforma. O Governo do Estado colocou lá mais de R\$ 300 mil e está avançando nisso, então, quebra a narrativa de que o Governo do Estado não está cuidando das nossas escolas. Tem um programa de reforma das escolas do Paraná, mais de R\$ 200 milhões que estão sendo investidos em todas as escolas do Governo do nosso Estado. Temos também a questão do *kit* do *Educatron*, que é importante, sim, inovar, trazer a tecnologia, ferramentas e fazer os nossos alunos se conectarem ainda mais com esse mundo digital que vivemos, o *Ganhando o mundo*, um novo projeto também fantástico, levando as nossas crianças de baixa renda para o Canadá e agora para a Nova Zelândia, Escolas Cívico-Militares. Isso é um



sucesso no Estado do Paraná. Então, quero dizer aqui que cada vez mais entendo que estamos no caminho certo e avançando. Para finalizar, quero aqui dizer àqueles...

Deputado Guto Silva (PP): Permite-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quer um aparte, Guto?

Deputado Guto Silva (PP): Deputado Marcel, permita-me rapidamente contribuir com o vosso discurso, que é muito lúcido, importante pontuar algumas questões. E estamos vivendo um momento único na história da educação, com a pandemia, com a questão das aulas virtuais, há uma revolução silenciosa e abrupta de como as crianças devem ser educadas e naturalmente como é que vamos prepará-las para o futuro. E o Paraná está conectado com essa realidade. O *kit* robótica, hoje as crianças da escola pública do Paraná, faço um desafio, quais são as escolas privadas que têm a possibilidade de ensinar robótica nas escolas privadas do nosso Estado? Temos a questão do Educatron, que são os equipamentos para poder de uma forma, com reconhecimento facial, fazer chamada automática dos alunos e que permite tecnologia para poder auxiliar o professor também com essa pedagogia. Isso tudo é uma revolução silenciosa, importante, mas que o Paraná quer preparar os seus alunos para a nova realidade que se desdobra. E é uma realidade, as pesquisas apontam isso, que as novas profissões, que muitas nem foram inventadas ainda, vão passar obrigatoriamente pela computação, pela programação. Então, o que o Paraná tem feito, a Secretaria da Educação, esse é o olhar do Governador Ratinho, é preparar e dar as condições para que lá na frente esse jovem, essa criança, tenha a mesma oportunidade que tem o aluno do ensino privado. E não tenho nenhuma dúvida de que neste ano ainda, Marcel, teremos, seguramente, a primeira ou a segunda posição no Ideb, nos índices do Ideb, recolocando o Paraná na educação de ponta, onde nunca deveria ter saído. Então, educação não é simples, reforma de escola, a Fundepar faz um trabalho



importante para poder ter o acervo e fazer a gestão desse patrimônio, porque antes era para o espasmo, reforma a escola “A”, “B” ou “C”. Não, agora temos que ter um planejamento, qual escola está com condição pior, vamos reformar; qual escola tem que ser feita uma atuação. Então, isso é gestão, isso é olhar para o futuro, e tenho convicção de que vamos entregar uma educação fortalecida e conectada com o mundo real. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Estou convicto disso, Guto, e acho que alguns aqui precisam se reciclar para vir para essa realidade, uma realidade muito mais conectada, digital e que os nossos alunos da rede estadual estão felizes com esse movimento do Governo, de um Governo inovador e moderno. E aqui, para finalizar, quero saudar o Sindetran. Estão aqui valentes parceiros que confiaram, acreditaram e que hoje estão recebendo do Governo do Estado essa reestruturação das carreiras dos servidores do Detran. Então, quero aqui saudar o Evandro, a Bia, a Mari, a Alice, que foram incansáveis e entenderam, coloquei-me à disposição para que pudéssemos convencer o Governo do Estado a olhar com carinho para os nossos servidores do Detran, e agora conseguem a sua reestruturação das carreiras de serviços lá do Detran. Então, parabenizar essa ação do Sindicato, do Sindetran, e aqui representado pelo Evandro, pela Bia, pela Mari e pela Alice. Quem acredita sempre alcança, e fiz a nossa parte e como Líder do Governo sensibilizando o nosso Governador, agradecendo aos nossos Deputados todos aqui que votaram e que deram ao Detran esse grande carinho, porque eles precisam e têm que ser respeitados. Então, mais uma vez demonstra que o Governo do Estado, também com o IDR, várias categorias do nosso Estado, o Governador tem olhado com carinho, com responsabilidade, mesmo neste momento tão difícil e tão cruel que estamos tendo da macroeconomia e que tem dificultado a questão tributária do nosso Estado. Isso demonstra mais uma vez que o Governo do Estado é um Governo inovador, moderno e que tem um olhar para frente, sensível e que tem sido um Governo na vanguarda no nosso Paraná e Brasil. Obrigado.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, gostaria de...

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente, rapidinho, permite-me?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Só para registrar a presença do Vereador Rodrigão, do Ratolino e da Janaína, de Rolândia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sejam bem-vindos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, quero desejar uma boa tarde a V.Ex.^a e perguntar para o senhor quando vai ser o horário da propaganda eleitoral da Oposição, que hoje foi usado pela Base do Governo o Plenário, para inclusive colocar vídeos institucionais do Governo, promovendo ações do Governo. Quero o mesmo tempo para a Oposição apresentar os nossos projetos, os nossos conteúdos e a nossa percepção de Paraná. Não estou criticando, foi feito, só quero o mesmo tratamento. E quero pedir desculpa ao Deputado Marcel Micheletto, porque há duas semanas fui quem bateu de frente ali para não se produzir um vídeo que o Deputado queria colocar, um vídeo, se não me engano, de dois minutos, e hoje tivemos um tempo um pouco maior usado, quero o mesmo tratamento, Presidente. Obrigado.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Deputado, só uma questão de ordem. Usamos o horário do Grande Expediente, antes do início da Sessão, tanto é que foi dado um intervalo. Vossa Excelência, o senhor pode fazer com certeza, a Casa autoriza sem problema nenhum, mas foi usado o horário antes de iniciar a Sessão.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, esta Presidência é democrática, o Deputado Marcio hoje fez uma bela exposição.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): E V.Ex.^a, com a nossa concordância, no momento oportuno, se quiser fazer uma fala com o mesmo tempo que foi concedido ao Deputado Marcio, está autorizado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só queria entender qual é o horário do Pequeno Expediente, são 15 minutos ou são 60 minutos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O horário é de 30 minutos, mas hoje, como a matéria era muito pertinente e o Deputado Marcio estava muito ansioso para fazer essa exposição, cedemos de forma democrática. Mas o Deputado Arilson terá o mesmo tempo oportunamente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Presidente. Mas hoje quero falar da realidade do Paraná. Saiu uma pesquisa, uma pesquisa do Governo Federal, produzida pelo IBGE, que é o PNAD, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. E essa pesquisa revelou que o Paraná é o Estado mais desigual do Sul do País, que o salário do povo paranaense reduziu nos últimos três anos. E essa pesquisa não passa na propaganda, essa é a constatação científica do que está acontecendo no Paraná hoje. Venho alertando aqui há muito tempo e momentos das dificuldades que o Governo Ratinho Junior está proporcionando ao povo paranaense, da escolha aos mais ricos e da exclusão aos mais pobres; da prática, por exemplo, da renúncia fiscal de 17 bilhões; do aumento da tarifa da água; do aumento do custo da energia elétrica por escolher repartir seus lucros. Hoje o



povo paranaense deixa de comprar comida para pagar a conta de água ou de energia por conta de uma escolha política, que enriquece cada vez mais o mais rico e empobrece cada vez mais o mais pobre. O nosso Líder do Governo, tempos atrás, com o Deputado Guto Silva, quis falar sobre geração de emprego e dos números do Estado, inclusive usou a expressão: *Contra números e pesquisa não há argumentos*. Concordo. Por isso que estou falando da pesquisa do PNAD aqui hoje. Só no último ano, Deputado Tadeu Veneri, o rendimento médio do povo paranaense caiu 5.5%. Era R\$ 1.618,00 e passou para R\$ 1.519,00. Mas não foi só isso. O Paraná teve nas mãos de Ratinho Junior uma redução de 13% do salário médio do povo paranaense, 13%. E isso fez com que, se em 2018 a média salarial era de R\$ 1.755,00, hoje é R\$ 1.519,00, R\$ 236,00 a menos. Esse é o custo Ratinho, a consequência Ratinho, ou melhor, o programa *Complica Paraná*. A vida do povo paranaense piorou, graça à escolha ao megaempresário em relação aos mais pobres. A vida no Brasil piorou graças às políticas brutais contra os trabalhadores. E para que depois o Governo não venha colocar culpa na pandemia que ocorreu, todos os estados do Brasil tiveram pandemia, mas o Paraná tem o pior desempenho do Sul, ou seja, perdemos para Rio Grande do Sul e também Santa Catarina, mas não se para por aí. A desigualdade no Paraná é maior do que Rondônia, Mato Grosso, Goiás, estados com economias menos desenvolvidas que o Paraná. Não sou eu que estou falando, é a pesquisa do Governo Bolsonaro, a qual o Governador Ratinho apoia fielmente. Nesse sentido, a nossa pergunta é: somos o Estado do Sul que mais benefício fiscal concede, mas, de forma paradoxal, é o Estado em que os trabalhadores menos ganham no Sul do País. Isso é política de geração de emprego? Outra pergunta, bem clara: Colocaram que o número e empregos aumentou. Como, se a massa salarial reduziu 5% no Paraná? Ou seja, a conta propagandeada não bate com a constatação científica que é a realidade. Essa pesquisa desnuda o Governo do Estado. Mostra que está no caminho errado, que a propaganda tenta demonstrar um caminho que não existe. É querer colocar a realidade virtual sobre a realidade



social. Cada vez mais que estamos aqui para falar disso, o Paraná fica em dificuldade de explicar, por meio do seu Governo, o que vem acontecendo. O que vocês acham, ou melhor, o que esse Governo chama de gerar emprego de emprego, nunca foi tratado como emprego. O Governo passou a chamar de emprego o trabalho precário. Passaram a chamar de empreendedor o jovem que entrega *pizza* de bicicleta para o *ifood*. Isso é trabalho precário. Esse sequer tem assegurado um salário mínimo. Esse é um indivíduo que sonha com trabalho formal, com jornada de oito horas diárias, com carteira assinada, com descanso semanal e com décimo-terceiro. Mas ele não tem direito a nada disso, ele é o extremo da exploração do trabalho moderno, o trabalho moderno comemorado pelo Governo do Estado. Passaram a chamar de emprego o trabalho intermitente, aqueles que têm contrato temporário, ou seja, o sujeito foi contrato com data certa para ser demitido. E aqui o Governo comemora como se houvesse emprego. Aliás, comemora o CNPJ aberto, o cara que deixou de ter carteira assinada e foi abrir uma MEI para sobreviver na realidade paranaense, mas esses números foram expostos pela pesquisa do próprio Governo Federal. As consequências da política do Governador Junior revelam uma coisa só: queda nos salários dos paranaenses, aumento da desigualdade e o desespero para sobreviver. Um por cento hoje dos mais remunerados ganham 149 vezes mais que os 5% mais pobres. Ou seja, 1% mais rico do Paraná teve 14.486 por mês, enquanto a população mais pobre, 5%, ganhou R\$ 97,00 por mês para sobreviver. É isso que o Palácio comemora? É isso que é investido em propaganda? A verdade é uma só: o Governador comemora e o povo chora; o Governador viaja e o povo sofre; o Governador propagandeia e o povo do Paraná peleia. Cada dia estamos rumo ao pódio, Deputada Mabel, mas é o pódio para sermos o pior do Sul, rumo a sermos o pior do Brasil, por conta da escolha política, de aumentar a água em 24%. As pessoas agora têm que escolher entre comer ou pagar água. Para aumentar o custo da energia elétrica, a sua conta de luz que hoje é R\$ 200,00, era para ser 150, se não fosse a escolha política do Governo de repartir 65% dos lucros da



Copel. Era o fim do pedágio, que infelizmente não será o fim do pedágio, pode voltar inclusive mais caro do que era, com mais tempo de contrato, com mais cancelas cobrando pedágio, para ser exato, 42. Ou seja, escolheu um lado e o lado não é o povo paranaense. E aqui entendo o esforço dos líderes do Governo, da Base do Governo, em tentar justificar o injustificável, defender o indefensável e imaginar que um dia a verdade vai aparecer. A propaganda impulsionada no *Google*, o impulsionamento do *Facebook*, a verba publicitária para rádio, o espaço de televisão comprado vão demorar um pouquinho, mas logo serão desmentidos pela propaganda que o Governo colocou lá dentro. Não existe Paraná seguro. Existe um Paraná inseguro. Um Paraná que neste ano tem menos investimento em segurança pública do que em 2019, com uma população maior. Não existe um Paraná da saúde, existe um Paraná sem saúde. Investiram 12% nos três anos, quando tinha pandemia e quando não tinha. Sequer tiveram respeito com o povo paranaense, uma escolha política. A educação do Paraná tem diminuição de investimento e infraestrutura, mas tem aumento em terceirização e precarização. O efeito nocivo de um Governo aliado às práticas liberais como essa virá logo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Os efeitos nocivos desse Governo virão logo. O povo está sentindo no bolso, na pele, no coração, na alma, o que é a escolha política pela propaganda sobre a realidade; o que é escolher os mais ricos e arrancar 17 bilhões em renúncia fiscal; entregar o mercado sabe Deus para quem, sem cobrar geração de emprego, ou sem cobrar melhoria no quadro trabalhista. A escolha feita submete o povo a que muitos aqui fiquem indignados, como foi o nosso Líder do Governo falar de volta ao passado. A volta ao passado é a solução para o povo parar de chorar e começar a sorrir novamente. A volta ao passado é desta vez positiva para se ter o melhor Ideb e não os falsos números



do abono de falta, da reprovação não feita do aluno que não tinha capacidade. Chega... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (51 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cantora Mara Lima (REP), Goura (PDT) e Jonas Guimarães (PSD) (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.



Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 259/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Rosivaldo Policial, com sede no município de Alto Paraná; **Autuado sob o nº 260/2022**, do Deputado Tercílio Turini, que dispõe sobre as diretrizes para o reaproveitamento de material fresado no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 261/2022**, dos Deputados Cobra Repórter e Marcio Nunes, que institui o “Programa Ração Pet do Paraná”.

Projeto de Resolução (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 12/2022**, do Deputado Homero Marchese, que altera a Resolução n.º 15, de 12 de novembro de 2019, que dispõe sobre as verbas de ressarcimento destinadas à cobertura de despesas relacionadas à atividade parlamentar.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 148/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 23/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 823, de 1.^º de dezembro de 1951; da Lei n.º 10.298, de 22 de agosto de 1994; da Lei n.º 12.726, de 29 de novembro de 1999; da Lei n.º 16.944, de 10 de novembro de 2011; e da Lei n.º 17.244, de 17 de julho de 2012 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ. Apreciar neste turno emendas aprovadas em segunda discussão, já de conhecimento de todos os Sr.^ºs Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Pela ordem*, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, de acordo com o art. 133, § 2.º do Regimento Interno, o PL 148, embora trate de destinação de recursos para políticas sociais, ele não foi submetido à Comissão de Fiscalização e assuntos municipais, que possui competência para proceder ao acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial conforme o art. 52 do Regimento Interno. O que estou colocando, Sr. Presidente? Ontem votamos esse Projeto, tinham várias emendas que cuidam de transferências de recursos e esse Projeto tinha por obrigação passar por essa Comissão. Não passou. Peço para V.Ex.^a retirar o Projeto e enviarmos para a Comissão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, lamento, mas já estamos em 3.^a votação. Poderia ser questionado isso no momento oportuno, até no momento em que pautamos o Projeto. Ali era o tempo hábil para o questionamento. Neste momento cabe a esta Presidência encaminhar a votação. Vou solicitar aos Líderes que definam o voto em relação ao turno de emendas aprovadas em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai pedir “não”, por conta das denúncias já colocadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Mabel Canto, Michele Caputo, Nelson Justus, Soldado Adriano José e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter,**



Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho e Soldado Fruet (7 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Goura, Jonas Guimarães e Maria Victória (7 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e 7 votos contrários, estão aprovadas as emendas.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 55/2022, que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, criando Núcleos Regionais de Atendimento e a Central de Relacionamento com o Cidadão. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Marcio Pacheco, Rodrigo Estacho, Coronel Lee, Alexandre Amaro, Delegado Fernando Martins e Gilson de Souza.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 302/2019, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Michele Caputo (anexo o Projeto n.º 611/2021, do Deputado Michele Caputo), dispõe sobre o reconhecimento da profissão de condutor de ambulância no âmbito do Estado do Paraná, conforme estabelece a Lei Federal n.º 12.998/2014. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Substitutivo Geral da CCJ. Também já de



conhecimento de todos os Deputados. Vamos apreciar o substitutivo geral. Em discussão o substitutivo geral.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Peço a todos os Deputados e Deputadas desta Casa apoio no mérito que está sendo discutido hoje, em 2.^a discussão. Este Projeto que começou com o Deputado Tadeu Veneri que propunha o reconhecimento dos condutores de ambulância do Paraná. Depois essa demanda nos chegou por meio do Presidente do Sindicato e dos diretores, inclusive o Presidente da Região de Cascavel, que é o José Cunha, do Sindconam que está aqui presente. Em cima de informações que nos foram passadas, além da própria habilitação que é necessária, estamos também reforçando a questão da qualificação. O motorista de ambulância tem uma responsabilidade muito grande, ele mexe com gente, com gente com dor, com gente fragilizada, com gente vulnerável e precisa ter informação, precisa ter capacitação, eles passam obrigatoriamente por reciclagem. Tem cursos pelo Paraná inteiro que investem nesse processo. E hoje vemos alguns municípios, temos as informações, que usam cargos de confiança, usam cabos eleitorais que os ajudaram no processo eleitoral para assumir tamanha responsabilidade, que é conduzir pacientes para os nossos equipamentos de saúde. Quero agradecer aqui, mais uma vez, ao Relator Marcio Pacheco que fez a defesa desse relato na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado lá também. Ontem foi aprovado aqui em primeira votação, Presidente, e peço o apoio hoje pela votação desse Projeto, que depois esperamos aprovada a sanção do Governador do Estado. Agradeço aí quem puder votar não para nós, mas em apoio a esses profissionais de saúde, verdadeiros anjos do asfalto. Muito obrigado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Alexandre Curi, Artagão, Boca Aberta Junior, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nelson Justus e Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Goura, Jonas Guimarães e Maria Victória (7 Deputados).]** Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

Os Itens 4, 5 e 7 faremos votação agrupada. Senhores Deputados, por favor, Itens 4, 5 e 7, votação agrupada. São Projetos de matérias correlatas.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 412/2021, de autoria do Deputado Boca Aberta Junior, que denomina de Oliveira Tucunduva de Campos a trincheira



localizada na PR-445, localizada em frente ao AGRO100, no município de Londrina. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 509/2021, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que denomina André Bolak Biernaski a ponte localizada na Rodovia PR-090, km 14, sobre o Rio Cachoeirinha, no município de Campo Magro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 66/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina Hugo Virmondes Borges a PR-543, que liga Luponópolis a Cafeara. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar! Deputado Marcio Pacheco, seu voto, Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson**



*Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Del. Jacobós, Dr. Batista, Goura, Jonas Guimarães e Reichembach (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.***

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 514/2021, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o Título de Capital Paranaense da Camomila ao município de Mandirituba. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O Deputado Luiz Carlos Martins podia trazer um pouco de camomila aqui que seria bom, Deputado Luiz Carlos Martins.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Como é que é?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O senhor podia trazer um pouco, já que Mandirituba é a Capital da Camomila, o senhor podia trazer um pouco de camomila aqui.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Vamos mandar camomila para Brasília.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Distribuir chá de camomila aqui.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Brasília está precisando muito de chá de camomila. Vamos mandar uma tonelada para lá.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Brasília precisa de purgante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado...

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Marcio Nunes também gostaria de um pouco de camomila, para acalmar um pouco seu espírito, hoje, um tanto quanto agressivo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, queria fazer um apelo, aproveitar este momento de tranquilidade. Estou sendo vítima de um lobismo aí e só me chamam de Sr.^ª Deputada. Queria que parasse com isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Isso é *bullying*. É muito sério, Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Não, são os professores. Acho justa a reivindicação tudo, mas “*Senhora Deputada*” está duro, porque são mais de 90, rapaz, e tem que responder um por um: *sou homem, sou homem, sou homem...*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência, por favor, decline o nome de quem está lhe chamando de Sr.^ª Michele que tomarei todas as providências, inclusive vou encaminhar ao Conselho de Ética. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del.**



Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Goura e Jonas Guimarães (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 514/2021.

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 83/2022, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Maringaense de Autismo, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Votação encerrada, Sr.º Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos,**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artágão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Goura e Jonas Guimarães (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 83/2022.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 316/2021, de autoria do Deputado Goura, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Feliciano Rodrigues. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artágão Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Dr.**



Batista, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 316/2021.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, questão de ordem novamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, com base no art. 29, XVIII e art. 27, § 3.º do nosso Regimento Interno, a Comissão Especial de Análise da PEC 3/2021, que trata da língua espanhola nas escolas públicas, teve suas atividades iniciadas, a PEC do Espanhol, mas não foi concluída. Peço a V.Ex.^a e, claro, com diálogo ao nosso Líder do Governo aqui, que retomemos as providências, porque já estourou o prazo regimental para se dar continuidade. Protocolizei um requerimento, mas gostaria de providências de V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, cabe a sua questão de ordem. Determino à Comissão Especial que se manifeste, caso contrário esta Presidência tomará as providências.

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 608/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina Rodovia Izidoro Dalchiavon o trecho da PR-562. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Evandro Araújo, Goura, Jonas Guimarães, Mauro Moraes e Ricardo Arruda (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 608/2021.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 136/2022, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Acolhida Filhos Prediletos, Regional de Campo Mourão, com sede no município de Campo Mourão. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio



Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães e Ricardo Arruda (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 136/2022.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos com sua discussão adiada, Deputado Arilson, três requerimentos: **Requerimento n.º 1839/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, sobre a pavimentação da PR-405 na cidade de Guaraqueçaba; **Requerimento n.º 1840/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário da Educação e do Esporte do Estado, Sr. Renato Feder, sobre as aulas virtuais do Colégio Estadual São Vicente de Paula em Nova Esperança; e **Requerimento n.º 1841/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário da Segurança Pública, sobre o concurso da Polícia Militar do Paraná-2020.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminhamos como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, serão encaminhados como envio de expediente.**

Deputados Soldado Fruet e Homero, são dois requerimentos: **Requerimento n.º 1905/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo cópias integrais de todos os contratos, bem como aditivos e apostilamentos referentes à contratação dos prestadores de serviços gerais (serventes, merendeiras e inspetores de alunos) de todas as instituições que compõem a rede estadual de ensino; e **Requerimento n.º 1915/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Serviço Social Autônomo Paranáprevidência, Sr. Felipe José Vidigal dos Santos, conforme específica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiados na forma regimental.

Requerimento n.º 1904/2022, do Deputado Dr. Batista, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 117/2020, de sua autoria, que denomina de Rodovia Prefeito Walter Romão de Oliveira a extensão da PR-691. Deputados que aprovam...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Aprovado. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)



Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^{os} 1898 e 1899/2022, do Deputado Francisco Bührer, solicitando o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Clemente Ivo Juliatto; e Ivo de Oliveira Camargo; **Requerimento n.^º 1900/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo que sejam ampliadas as vagas a serem chamadas no concurso da Polícia Militar do Paraná, para que, além dos 1.400 aprovados já sinalizados pelo Governador do Estado, também sejam chamados os 574 candidatos suplentes aptos para o curso de formação; **Requerimento n.^º 1901/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de moção de apoio para tramitação e aprovação do Projeto de Lei Complementar n.^º 4/2022, de autoria do Senador Alexandre Silveira; **Requerimento n.^º 1902/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, conforme específica; **Requerimento n.^º 1903/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, conforme específica; **Requerimento n.^º 1906/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Fábio de Souza Camargo, conforme específica; **Requerimento n.^º 1907/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, conforme específica; **Requerimentos n.^{os} 1908 e 1909/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o registro de votos de congratulações e menção honrosa: à Cervejaria Ambev de Ponta Grossa; e à Óticas Diniz de Ponta Grossa; **Requerimento n.^º 1910/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, conforme específica; **Requerimento n.^º 1911/2022**, do Deputado Francisco Bührer, solicitando o registro de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Nair



Lustosa Maoski; **Requerimentos n.ºs 1913 e 1914/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: à Associação de Jornais e Revistas com Portal do Interior do Paraná - Adjori/PR; e à Folha do Sudoeste; **Requerimento n.º 1917/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente do Serviço Social Autônomo Paranáprevidência, Sr. Felipe José Vidigal dos Santos, conforme específica; **Requerimento n.º 1919/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, encaminhando o Ofício n.º 13/2022 do Vereador Cristóvão da Cruz, que requer estudos técnicos para a instalação de uma ciclovia na PR-466, com início no trevo da BR-277, até o trevo de acesso ao distrito industrial do Atalaia, na altura do Km 256, em Guarapuava; **Requerimentos n.ºs 1921 a 1929/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Roseli Ferreira de Lima; Jadwiga Kiszka Hey; Igle Martins da Cruz; Idalina das Neves Iazen; Wilson Leguenza; Darci Derkacz; Cornélio Lourenço Batista; Antonio de Lima Rocha; e Sedenir Maria de Quadros; **Requerimento n.º 1930/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa ao Sr. Marcio José Feliciano.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1918/2022, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo o envio de denúncia anexa recebida do Fórum Popular de Saúde – Fops sobre a gestão do Hospital Regional do Litoral ao Presidente da Comissão de Saúde, para conhecimento e providências.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1916/2022**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência



na Sessão Plenária de 13 de junho de 2022; **Requerimento n.º 1920/2022**, do Deputado Plauto Miró, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 13 de junho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra antecipada de quarta-feira, dia 15 de junho de 2022, para o dia de hoje, com a **Ordem do Dia** que já foi anunciada e disponibilizada no *site* da Assembleia: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 763/2021 e 148/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 302/2019; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 316/2021, 608/2021 e 136/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 530/2017, 613/2021, 222/2022, 238/2022 e 249/2022.

Apenas pedimos alguns minutos para que a nossa assessoria possa organizar a Sessão. Já solicito, Sr.º Deputados, que registrem presença.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h42, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)